Jornal Anasps

Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

ANO 26 - Nº 118

HAPVIDA

O sorriso de sua família em boas mãos:

inclua seu dependente no plano Hapvida/Anasps
Cuide da vitrine do seu rosto!

PÁG. 14

FACULDADE

De cara nova: Site da Faculdade Anasps ganha novo design

Novo layout com menus simplificados, visam facilitar a experiência do aluno

PÁG. 16

ANASPS

Anasps trabalha para que Carreira do Seguro Social seja reconhecida como Carreira Típica de Estado

PÁG. 07

CLUBE ANASPS

Clube Anasps continua inovando

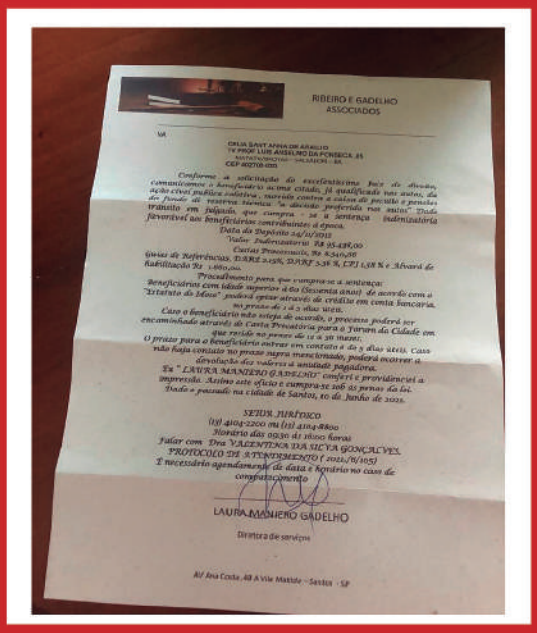
Estamos vivendo tempos únicos na história. A pandemia da Covid-19 requer que novos hábitos sejam criados.

PÁG. 18

ANASPS ALERTA:

Cuidado com golpes envolvendo o nome da Anasps

Atenção associado! Fique atento aos golpes efetuados por meio de ligação, WhatsApp ou cartas envolvendo o nome da Anasps. Golpistas têm se passado pelo vice-presidente da associação, Paulo César Régis de Souza, solicitando recursos financeiros. Alertamos para que não repassem quaisquer valores referentes a processos judiciais, ou qualquer outra finalidade. FIQUE ATENTO!



RIBEIRO E GADELHO
ASSOCIADOS

LAURA MANIERO GADELHO
Diretora de serviços

MÍDIAS SOCIAIS

FIQUE LIGADO

Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Alexandre Barreto Lisboa (RJ)
Vice-Presidente Executivo
Paulo César Régis de Souza (SC)
Vice-Presidente de Política de Classe
Consuelo Lopes Padrão (RJ)
Suplente
Circe Noeli Severo (RS)
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas
Elzuíla da Silva Ferreira (PI)
Suplente
Francisco das Chagas Camara Rayol
Vice-Presidente de Administração Financeira
Elienai Ramos Coelho (DF)
Suplente
Suzana Esteves Ramos (DF)
Vice-Presidente de Patrimônio
Verônica Maria Monteiro da Rocha (RJ)
Suplente
Manoel Ricardo Palmeira Lessa (RJ)
Vice-Presidente de Relações Parlamentares
Joaquim José de Carvalho (CE)
Suplente
José Gonçalves Campos (AM)
Vice-Presidente de Assuntos Juridicos
Luiz Augusto do Espírito Santo (GO)
Suplente
Djair da Silva Pinto Filho (PB)
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais
José Luiz Francisco (SP)
Suplente
Rusemberg de Lima Costa (AC)
Vice-Presidente de Cultura e Lazer
José Julio Martins de Queiroz (BA)
Suplente
Maria Leide Câmara de Oliveira (RN)
Conselho Fiscal
Presidente
Márcia Regina Horta Piva (SP)
Membros
Elizabeth Custódio (DF)
Justina Conche Farina (MS)
Suplentes
Ana Cristina Evangelista (DF)
Marília Luzia Martins Dias (PR)
João Ricardo Arcoverde Moraes (DF)

EXPEDIENTE

Jornal Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social
www.anasps.org.br / anasps@anasps.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação da ANASPS
Jornalista Responsável:
Paulo César Régis de Souza

Comunicação Anasps
Byanca Magalhães Guariz
Vitória Morgan Pajolla
Lauany Aparecida
Ingrid Santos
Eduarda Ayres

Projeto Gráfico e Editoração:
Wagner Alves

Tiragem:
70.000 exemplares

DIRETORIAS ESTADUAIS

ACRE - Rusemberg de Lima Costa
Avenida Getúlio Vargas, 1273, 6° andar Bosque Rio Branco - AC - 69908-650 - Tel: (68) 2106-5192 Fax: (68) 3224-6479 / anasps.ac@gmail.com

ALAGOAS - Edileide Sales de Oliveira Santos
Rua Zacarias de Azevedo 399 Ed. Trade Center 2° andar salas 212/214 / Maceió - AL 57020-470 Tel: (82) 3326-9036 Fax: (82) 3326-0076 anasps-al@anasps.org.br

AMAPÁ - Renilda Cantuária de Siqueira Pinto
Av, Francisco Torquato de Araújo, 1421
Macapá – AP 68904-387 Telefax: (96) 3222-5988
anasps-ap@anasps.org.br

AMAZONAS - José Gonçalves Campos
Rua 24 de maio, 220 9° andar sala 901, Ed. Rio Negro Center -Centro Manaus - AM 69010-080 Tel: (92) 3233-7731 / Fax: (92) 3234-0361 anasps.amazonas@gmail.com

BAHIA - Iraildes Beirão Araujo
Av. Estados Unidos 258, Ed. Cidade de Aracaju
Salas 1001 / 1004 Comércio Salvador - BA
CEP: 40.010-020 Telefax: (71) 3326-7648
anasps-ba@anasps.org.br

CEARÁ - Joaquim José de Carvalho
Rua Pedro Borges 75 Ed. Seguradora Brasileira 9° andar Salas 901/903 Centro Fortaleza CE 60055-110
Tel: (85) 3226-0892 Fax: (85) 3221-1238
anasps-ce@anasps.org.br

DISTRITO FEDERAL - Elienai Ramos Coelho
SCS Quadra 03 Bloco A, Loja 74/78, Ed. ANASPS Brasília - DF - 70303-000 - Tel: (61) 3321-5651/
whatsapp (61) 3322-4807 anasps@anasps.org.br

ESPÍRITO SANTO - José Carlos Welff
Rua José Alexandre Buaiz, 190 Ed. Master Tower - Sala 1604 Enseada do Suá Vitória - ES 29050-918
Tel: (27) 3345-6525 Fax: (27) 3345-6668
anasps-es@anasps.org.br

GOIÁS - Marlene Nogueira Viscal Rocha
Avenida Anhanguera, 5674 Ed. Palácio do Comércio - 13° andar - Sala 1303 Centro Goiânia - GO 74643-010
Telefax: (62) 3223- 4527 anasps-go@anasps.org.br

MARANHÃO - Eliane dos Santos Marques
Rua Juno Lote 05 Qd 22 Loteamento Boa Vista Ed. Manhattan Center, sala 408, Renascença, São Luís - MA 65075-740 Tel: (98) 3232-1291 Fax: (98) 3232-5410
anasps-ma@anasps.org.br

MATO GROSSO - Clea Lúcia de Amorim Silva
Rua Batista da Neves, 22 Ed. Comodoro 6° andar sala 603 Centro Norte Cuiabá - MT 78005-600 Tel/Fax: (65) 3623-8986 anasps-mt@anasps.org.br

MATO GROSSO DO SUL - Justina Conche Farina
Rua 26 de agosto, 384 14° andar - Sl. 142/148 Centro Campo Grande - MS 79002-913 Tel: (67) 3383-5296 Fax: (67) 3324-7375 anasps-ms@anasps.org.br

MINAS GERAIS - Maria Alice Rocha Silva
Rua Espírito Santo, 466 Ed. Hércules - Salas 1606/1608 Centro Belo Horizonte - MG 30160-030 Tel: (31) 3213-8120 Fax: (31) 3222-3384 anasps-mg@anasps.org.br

PARÁ - Maria Sodrelina das Neves Monteiro
Avenida Nazaré 272, Ed. Clube de Engenharia 8° andar - Sala 806, Nazaré, Belém - PA 66.035-170
Tel: (91) 3349-4693 anasps-pa@anasps.org.br

PARAÍBA - Djair da Silva Pinto Filho
Av Senador Ruy Carneiro, 300 Sala 607 Empresarial Trade Office Center Miramar – João Pessoa/PB
CEP: 58010-810 | Telefax: (83) 3221-7123
anasps-pb@anasps.org.br

PARANÁ - Marília Luzia Martins Dias
Rua Marechal Deodoro, 252 9° andar - Conj. 901 Centro Curitiba - PR 80010-010 Telefax: (41) 3039-1062
anasps-pr@anasps.org.br

PERNAMBUCO - Noé de Paula Ramos Júnior
Av. Visconde de Suassuna n° 305 - Santo Amaro
Recife - PE - 50.050-540 - (81) 3221-4894
anasps-pe@anasps.org.br

PIAUÍ - Yveline Barreto Leitão
Av. Raul Lopes, 880 S/N Centro Empresarial Poty Premier, Salas 201/202 Joquei Clube Teresina – PI
CEP: 64.048-065 Telefax: (86) 3221-4058
anasps-pi@anasps.org.br

RIO DE JANEIRO - Manoel Ricardo Palmeira Lessa
Avenida Presidente Vargas 509, 8° andar - Centro Rio de Janeiro - RJ 20.071-003 Tel: (21) 2508-7446
Fax: (21) 2252-6159
anasps-rj@anasps.org.br

RIO GRANDE DO NORTE - Maria Leide Câmara de Oliveira
Rua Almirante Ary Parreiras, 1402 Alecrim Natal - RN 59040-220 Tel: (84) 3213-3786 Fax: (84) 3213-3929
anasps-rn@anasps.org.br

RIO GRANDE DO SUL - Circe Noeli Severo
Rua dos Andradas, 1234 Sala 1106 Bloco A - Centro Porto Alegre - RS 90.020-008 Tel: (51) 3225-9611
anasps-rs@anasps.org.br

RONDÔNIA - Maria das Graças L. V. Galvão
Avenida 07 de setembro, 1071/1083, Sala 21 da Galeria Central - 1° andar - Centro - Porto Velho - RO 76801-028 Telefax: (69) 3223-7990
anasps-ro@anasps.org.br

RORAIMA - Leonilza Lucena Possebon Ribeiro
Av. Glaicon de Paiva, 132 – Centro Boa Vista – RR – 69301-250 anasps-rr@anasps.org.br
Tel: (95) 9812-3365

SANTA CATARINA - Paulo Cezar Rios
Avenida Rio Branco, 533 – Sala 502 Florianópolis – SC.
CEP: 88015-201 Telefone: (48) 3223-6813
anasps-sc@anasps.org.br

SÃO PAULO - Maria Alice Cristina A. Catunda
Rua 24 de maio, 35 12° andar - Salas 1201/1202
São Paulo - SP 01041-001
Tel: (11) 3222-4736 Fax: (11) 3221-1680
anasps-sp@anasps.org.br

SERGIPE - Antônio Roberto de Melo
Rua Maruim, 983 Centro Aracaju - SE
CEP: 49.010-160 Tel: (79) 3214-0110
anasps-se@anasps.org.br

TOCANTINS - Silvano Coelho Lira
403 Sul, Avenida LO 09, Lote 17 – Sala 06
Plano Diretor Sul – Palmas-TO – CEP 77015-594
Telefax: (63) 3215 – 5720
anasps-to@anasps.org.br

Sede própria

SCS Qd 03 Bl. A Loja 74/78 Edifício Anasps Brasília - DF
Cep.: 70303-000 Tel: (61) 3321-5651
whatsapp - (61) 3322-4807

Hora da virada - desafios da Anasps em 2021

Byanca Guariz
Coordenadora de Comunicação Social – Anasps

Em meio aos desafios trazidos pela pandemia que teve início em 2020 e, enfrentando os momentos de incertezas através de muita dedicação, é com grande satisfação que chegamos a mais uma edição do Jornal Anasps.

A pandemia veio como uma forte turbulência na vida dos brasileiros e com a Previdência Social, maior distribuidora de renda do país, não foi diferente. Foi preciso aprender a lidar rapidamente com as mudanças. Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estão há mais de um ano em trabalho remoto. Os serviços que antes eram feitos nas agências passaram a ser realizados de casa. Muitos, inclusive, têm encontrado dificuldades em atingir as metas impostas, cada vez mais inalcançáveis e exaustivas.

Os meses se passam e os desafios só aumentam. Como se não bastasse lidar com o medo e a incerteza, com problemas emocionais e psíquicos, os servidores ainda precisam enfrentar os ataques do governo. O massacre diuturno acontece todos os dias e por todos os lados.

Com o fajuto discurso de que o problema fiscal do país é devido ao atual cenário do funcionalismo público, o governo tem um único propósito: destruir o Estado brasileiro e provocar malefícios ao servidor público e a população brasileira, através de várias manobras, uma delas é a reforma administrativa.

A Anasps trabalha incansavelmente para evitar que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 seja aprovada, pois ela visa prejudicar não apenas os servidores, mas toda a sociedade. Basta olhar em volta. Os serviços públicos estão por todo lado. Deles dependemos e vamos continuar dependendo, é o que mantém a máquina pública em pleno funcionamento.

Estamos lutando diariamente para incluir a Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado. Elaboramos uma Emenda Aditiva com essa finalidade. Conseguimos apoio parlamentar, e estamos em busca de mais assinaturas. Os desafios são muitos, mas como defensores da categoria seguimos firmes no propósito.

Ao longo de seus 28 anos, a Anasps enfrenta momentos de tensão, mas espera que esse cenário conturbado amenize tão logo.

Além dessas dificuldades, o nome da Anasps vem sendo utilizado de forma injusta por golpistas, que através de telefonemas, WhatsApp e até cartas, estão tentando angariar recursos financeiros de associados. Absurdo!

Ainda que os índices e número de óbitos em função da covid-19 permaneçam elevados, é hora de pausar, recuperar o fôlego e olhar para a frente. Mesmo que o ano tenha se apresentado desafiador, o funcionamento da Anasps permanece o mesmo. Com todo o cuidado que o momento requer, nossa equipe continua trabalhando por você, associado.

A saudade da vida normal "assola" a todos que estão respeitando o isolamento. A pandemia nos ensinou a reconhecer as nossas fragilidades e a descobrir que precisamos de força e união para enfrentá-las. A Anasps continua atenta para evitar que propostas continuem a sacrificar os direitos de toda a sociedade. É hora de união, para evitar prejuízos ainda maiores. Continuamos em busca de soluções eficazes a fim de equacionar os graves desafios encontrados.

Independentemente de qualquer problema, a Anasps sempre atuou, atua e continuará atuando na defesa de projetos que visam a valorização do servidor.

Nesta edição do Jornal Anasps, iremos abordar matérias voltadas ao INSS e projetos atuais, além de entrevistas com parlamentares, inclusive com o relator da PEC 32 na CCJC, novidades como a inclusão de dependentes no plano Hapvida/Anasps, site da Faculdade Anasps de cara nova.

E não para por aí! Aqui ainda será possível conferir como tem sido o trabalho da associação durante a pandemia.

Tenham uma ótima leitura,

"Independentemente de qualquer problema, a Anasps sempre atuou, atua e continuará atuando na defesa de projetos que visam a valorização do servidor."

O lado oculto da reforma administrativa

Por Paulo César Régis de Souza

Desde o envio da proposta de reforma administrativa pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, estão tentando vender a ideia de que as mudanças propostas são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas. Mas o objetivo central e oculto é reduzir a presença do Estado, além de implantar o Estado mínimo e virtual, impedir que servidores tenham aposentadorias integrais, apesar de contribuírem para isso, favorecer a terceirização favorecendo os apadrinhados, que não terão compromisso com a qualidade do serviço prestado e a ética pública.

Com a diminuição na realização de concurso público, a "nova administração" abre caminho para que a mão de obra humana seja substituída pela tecnologia. Devido a pandemia da COVID-19, muitos servidores estão realizando suas atividades de forma remota. Essa novidade já mostrou que veio para ficar, muitos órgãos já se adequaram ao novo normal e implantaram o sistema de forma permanente, o que significa a extinção do serviço presencial.

Mas se engana quem acredita que a modernidade vai facilitar a vida de quem precisa do serviço público ou diminuir a morosidade em efetivar algumas tarefas, as filas continuam, mas agora, são filas virtuais, sem contato humano, sem o cidadão ter ao menos a quem recorrer. Puro delírio de quem acredita em mudanças fantasiosas e sem embasamento.

Nós da previdência/INSS, estamos com déficit de mais de 15 mil servidores. Esse número aumenta a cada dia em virtude de aposentadorias, falecimentos, afastamento por doenças graves e pela absoluta falta de reposição de pessoal através de concurso público.

O déficit de servidores faz com que os órgãos tenham dificuldade para cumprir sua missão legal. Sem quadro de pessoal, os profissionais precisam acumular funções e dispõem de menos tempo para aplicar a cada tarefa.

Durante esses 98 anos, concedemos mais de 200 mil benefícios, todos pagos em dia. Através de muito trabalho e dedicação, construímos uma cultura que está sendo esfacelada de maneira cruel.

Não podemos permitir que a PEC da maldade destrua o serviço público e acabe com a maior distribuidora de renda do país.

O Estado brasileiro, como o de muitas outras nações, para manter a ordem e a perfeita funcionalidade do país, precisam de uma sólida cultura administrativa, que perpasse gerações, que responda pelas entidades prestadoras de serviços à comunidade a que sirva o povo. Servidor público não é servidor do governo e sim servidor do Estado.

Nosso leque de preocupações é amplo, são mais de 450 dias de pandemia, vividos com apreensão e medo por todos nós e, foi pensando em minimizar esse sofrimento e na intenção de proteger nossos servidores, que fornecemos máscaras e totens de álcool em gel distribuídos nas agências do INSS, em âmbito nacional. Enviamos ao ministro da Economia, secretário de Previdência, presidente do INSS, Butantan e Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) ofícios propondo a compra de vacina da COVID-19, para em conjunto aplicarmos em nossos servidores. Tudo isso na tentativa de trazer mais tranquilidade nesse momento de tanta incerteza.

Às vésperas dessa famigerada reforma que só tira direitos adquiridos com muito trabalho, apresentamos na Câmara dos Deputados, uma emenda protocolada pelo deputado Federal, Isnaldo Bulhões (MDB/AL), na qual transforma a atual carreira de servidores previdenciários em Carreira Típica de Estado.

O pleito é considerado justo, uma vez que as carreiras típicas de Estado são atividades que não tenham correlação com a rede privada, a execução de políticas públicas de transferência de renda, seu controle e sua fiscalização, realizados pela Carreira do Seguro Social, instituída na Lei N° 10.855, de 1° de abril de 2004, são atividades exclusivas do Estado.

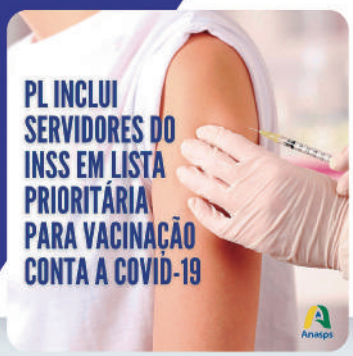
A intenção do governo federal é ganhar a "disputa da narrativa", junto ao fajuto discurso de que a reforma administrativa é essencial para controlar gastos e colocar o país nos trilhos. Trata-se de mais uma grande mentira.

É preciso que todos conheçam, antes que seja tarde, o real conteúdo da PEC 32/2020 e reconheçam a inadequação do nome "reforma".

Infelizmente estamos no momento mais crítico da pandemia, mas estamos fazendo a nossa parte para mudar e proteger nossos servidores e o Brasil.

(*) Paulo César Régis de Souza é vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social - Anasps.

VEJA O QUE ESTAMOS FALANDO NAS REDES SOCIAIS



De autoria do Deputado Pompeo Mattos(PDT/RS), o Projeto de Lei 1014/2021, pretende alterar a Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra Covid-19 a todos os profissionais cujas atividades são consideradas essenciais para a população.

Neste momento em que a Covid-19 cresce descontroladamente, a Anasps, associação que há 28 anos luta pelos servidores públicos, em especial os da Previdência Social, propõe por meio de ofícios uma parceria na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

A Anasps, que há 28 anos representa 50 mil servidores públicos, continua trabalhando dentro do Congresso Nacional para evitar que os direitos dos servidores sejam prejudicados. Assim, elaborou uma Emenda Aditiva à Proposta de Emenda 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

O Ministério da Economia, criou o aplicativo SouGov.br para substituir o Sigepe Mobile. O portal único e digital terá serviços para vida funcional e financeira dos servidores públicos (ativos e inativos).

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou um Projeto de Lei (PL) que inclui a Covid-19 na lista de doenças que permitem aposentadorias por invalidez.

O INSS informa que a proposta de contribuição da Anasps na doação de vacinas contra a Covid-19 será de extrema importância, pois, somará os esforços voltados para atingir a vacinação a um maior número de profissionais deste instituto, contribuindo pela proteção à saúde, minimizando os riscos de contágio e agravamento da doença.

Mais de 100 entidades nacionais representativas de servidores estaduais, municipais e federais enviam um "alerta geral à nação" para informar que, no próximo dia 23 de junho, farão atos de protesto contra a PEC 32/2020, que define as regras para a Reforma administrativa.

Atenção associados, a Anasps alerta que estão circulando alguns golpes através de WhatsApp. telefone e cartas enviadas aos nossos associados. Não caia em golpe! Evite transtornos. Ligue para a associação quando isso acontecer!

De volta ou "quase" à rotina:

SAIBA O QUE ANASPS TEM FEITO POR VOCÊ

Mesmo longe, estamos em contato!

Reinventar. Essa parece ser a palavra de ordem do mundo todo. O que ninguém poderia prever é que a pandemia iria acelerar, e teríamos que realizar mudanças em um ritmo inimaginável. E para que nós pudéssemos passar por esse período de incertezas, nos reinventamos. Neste contexto, vamos falar sobre como estamos enfrentando os desafios e as principais inciativas que estamos adotando.

Como associação que representa 50 mil servidores públicos, estamos tomando uma série de ações e medidas ligadas à pandemia do novo coronavírus no Brasil. Entendemos que há uma atmosfera de imprecisões, portanto, queremos assegurar que nossas ações estão sendo tomadas para garantir a segurança e saúde daqueles que compõem a Anasps – os servidores públicos.

Mesmo em tempos difíceis não podemos parar, e a nossa maior força é você. Saiba o que estamos fazendo durante a pandemia:

Uma das medidas mais difíceis que tivermos que tomar, foi a suspensão dos atendimentos presenciais. Manter o contato com nosso associado, sempre foi importante. Mas tendo em vista, que grande parte do nosso público compõe o grupo de risco, optamos por modificar o atendimento. A fim de evitar a aglomeração, contato e contágio da doença, o funcionamento da Casa segue em ritmo normal, sem prejuízo na efetividade de prestação dos serviços. Estamos atendendo pelos e-mails: anasps@anasps.org.br; juridico@anasps.org.br ou pelos números (61) 3321-5651 ou WhatsApp (61) 3322-4807.

Criação de vídeos explicativos com informações relevantes da Covid-19, como: como higienizar as máscaras; como trabalhar em home office; bem como, vídeos sobre a reforma administrativa na visão de parlamentares, pautas do INSS e assuntos diversos.

Formalização de inclusão de dependentes no Plano Odontológico Hapvida/Anasps. Novo benefício da entidade, totalmente gratuito e sem coparticipação e para dependentes, apenas R$ 10 mensais.

Após analisar criteriosamente a proposta de reforma administrativa, enviada ao Congresso Nacional em 3 de setembro, a Anasps propôs algumas mudanças no projeto. Nesse contexto, enviou para os deputados e senadores, propostas de ajustes que julga ser necessários, esperando contribuir para a otimização da ação governamental e uma gestão ágil e inovadora, com o mesmo grau de estabilidade e o tratamento isonômico, com vista à modernização, flexibilização e profissionalização da gestão pública.

Recentemente enviou Emenda Aditiva ao texto da PEC 32/20, onde tem trabalhado incansavelmente para que a Carreira do Seguro Social seja reconhecida como Carreira Típica de Estado.

Lives e palestras realizadas pelo Clube Anasps em parceria com a Gympass. O objetivo é trazer entretenimento ao nosso associado durante o estado de calamidade pública, provocado pela pandemia do novo coronavírus, bem como, deixar o associado mais informado sobre saúde e bem-estar.

Solicitação por meio de carta enviada aos 513 deputados federais, da suspensão dos pagamentos de empréstimos consignados de aposentados, pensionistas, servidores, empregados públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Medida atendida e que será aplicada por 120 dias, a contar da data de publicação da Lei 14.131/2021.

Criação da página sobre a reforma administrativa. Nova aba do site, apresenta tudo sobre a proposta que promete chacoalhar o serviço público. Contém matérias, entrevistas, quadro comparativo e propostas da Anasps de ajuste ao texto.

Modernização do site da Faculdade Anasps. Com o novo designer, agora ficou mais fácil estudar em qualquer lugar. No site da Faculdade, o aluno encontra uma gama de cursos, notícias, blog e depoimentos de alunos que já estudaram na instituição.

Novo layout do aplicativo Anasps. Atenta as necessidades de seus associados a Anasps lançou o novo layout de seu aplicativo. Disponível para download nas lojas Google Play e App Store a ferramenta gratuita traz inúmeras novidades que podem ser acessadas na palma da sua mão.

Criação do Instagram do Clube Anasps. O Clube de benefício também tem ampliado sua forma de se conectar com os associados, assim criou sua página no Instagram. Com a medida é possível se manter conectado diariamente, curtir e comentar as publicações.

Além das ações já listadas, a Anasps tem trabalhado diariamente no sentido de manter a saúde dos servidores do INSS. Assim, propõe por meio dos ofícios nº 007/2021 e nº 008/2021, encaminhados ao Secretário de Previdência Social, Bruno Bianco e ao presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Rolim, respectivamente, uma parceria na aquisição de vacinas contra a covid-19. Respeitando o calendário nacional, a associação, propõe uma ação conjunta, para imunização de todos os servidores ativos do INSS com idade inferior a 60 anos.

E muito mais. Essas foram algumas de nossas ações, voltadas a você, servidor! Estamos fazendo a nossa parte, faça você também.

Enquanto a imunização para todos não sai, a Anasps faz um alerta para prevenção, para que redobrem os cuidados preventivos e de segurança contra o novo coronavírus, sejam cuidados pessoais, sejam coletivos.

Como entidade de classe, reforçamos que o momento atual requer união e luta pela vida. A Anasps se importa com você associado. Sua vida para nós, vale muito!

Anasps trabalha para que Carreira do Seguro Social seja reconhecida como Carreira Típica de Estado

A Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social – Anasps, que há 28 anos representa 50 mil servidores públicos, continua trabalhando dentro do Congresso Nacional para evitar que os direitos dos servidores sejam prejudicados. Assim, elaborou uma Emenda Aditiva à Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

O discurso é bonito, mas levanta dúvidas, e essa não é a primeira vez que a entidade propõe mudanças ao texto enviado ao Congresso pelo Poder Executivo. Diante de tantas ilegalidades e ausência de razoabilidade, a tramitação da PEC 32/2020 promete ser conturbada. Seguimos mobilizados e trabalhando incansavelmente, no sentido de em uma ação conjunta, construir um texto lacônico, conciso e adequado a realidade do país.

Vale destacar que, assim que o texto chegou ao parlamento, após uma análise técnica, a Anasps elaborou uma proposta com ajustes ao texto. Proposta essa, que foi muito bem aceita pelo parlamento. Entre os ajustes apresentados, a Anasps não abre mão da estabilidade, uma vez que essa é a garantia de um serviço público livre de pressões externas.

A referida emenda, pretende adicionar a Carta Magna trecho que reconhece a Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado. O pleito é considerado justo pela entidade, uma vez que as carreiras típicas de Estado são atividades que não tenham correlação com a rede privada, a execução de políticas públicas de transferência de renda, seu controle e sua fiscalização, realizados pela Carreira do Seguro Social, instituída na Lei N° 10.855, de 1° de abril de 2004, são atividades exclusivas do Estado.

Dessa forma, entende-se que a Carreira Típica de Estado deve ser resguardada de interferências políticas de ocasião, assim, os cargos técnicos e analistas do Seguro Social, devem fazer parte das carreiras típicas de Estado, pois são atividades que só existem dentro do Estado, além da relevância da atividade exercida por esses dois cargos que é a execução da maior despesa primária pública do Governo Federal, e a execução da principal política pública social.

Esclarecemos que a matéria está com prazo aberto para emendas na Comissão Especial. Já estamos trabalhando no processo de colhimento de assinaturas. O trabalho sério, efetuado com responsabilidade e zelo, permite que a associação tenha bons trâmites no parlamento, o que facilita as tratativas.

Para a Anasps, a valorização da carreira do seguro social é o fortalecimento da carreira responsável pelo controle dos recursos destinados à seguridade social.

O que está em jogo é o desmonte da estrutura do Estado. O momento é de união, servidores, futuros servidores e a sociedade em geral, precisam unir forças contra a reforma administrativa e pressionar o Congresso para que as medidas apresentadas não sejam aprovadas.

A luta é grande, mas a Anasps continua firme em seu propósito.

Entrevista com deputado que protocolou Emenda Aditiva da Anasps

O líder do MDB na Câmara dos Deputados, deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), em conversa com a Anasps TV, falou sobre a Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa, e sobre a Emenda Aditiva elaborada pela Anasps, que pretende incluir a Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado. Confira!

Como o Sr. avalia a reforma administrativa?

É uma matéria muito delicada, e precisa ser apreciada com cuidado, mas também é fundamental. Nós estamos em momento muito difícil, mas precisamos preparar o ambiente da retomada econômica do Brasil. Acredito que a reforma tem um papel protagonista dentre as medidas a serem tomadas pela Câmara dos Deputados. Então, a minha avaliação é que ela deve andar, e ter um cuidado muito grande para trazer o mínimo de segurança para todos os envolvidos.

Deputado a respeito da emenda aditiva elaborada pela Anasps, o que o senhor tem a dizer?

Eu apresentei a emenda, foi um encaminhamento da Anasps, por intermédio do deputado estadual, Ronaldo Medeiros, nós debatemos a matéria antes de apresentar a emenda. Essa carreira precisa ser preservada, e incluída como Carreira Típica de Estado, porque é quem trata com a sensibilidade maior daqueles que serviram ao seu país. Então, eu considero a emenda muito importante, nós debatemos com o futuro presidente da Comissão Especial, o deputado Fernando Monteiro (PP-PE), e teremos uma agenda com o deputado Arthur Maia (PSDB-BA) que deverá ser o relator da matéria, para que possamos avançar e tentar que o relator absorva nossa emenda em seu relatório.

Acredita que a Carreira do Seguro Social pode ser incluída como Carreira Típica após a conclusão de debates na Comissão Especial?

Trabalharemos de forma intensa para que isso aconteça, o MDB está unido e engajado. Eu já discuti com a bancada, e a bancada vai trabalhar de forma muito forte para que o relator, Arthur Maia, em seu relatório absorva. Caso contrário, nós vamos arriscar no plenário para tentar aprovar.

O senhor acha que se essa Carreira não for caracterizada como Carreira Típica de Estado poderá ocorrer pressão externa em relação à liberação de benefícios?

Bom, eu acho que interfere diretamente. A Previdência tem tido por parte da ausência da preocupação um desmonte, a emenda surge dessa preocupação que nós temos. Cada vez menos aquele que precisa acessar o serviço da previdência, tem acesso a um serviço eficiente que precisa ter, nesse caminho que queremos aperfeiçoar o texto que veio da PEC, para que possamos assegurar, porque consequentemente causa um reflexo na preservação da carreira, principalmente para a eficiência do serviço daqueles que precisam.

Na sua opinião, qual a importância dos servidores do Seguro Social?

Importância fundamental, aquelas pessoas que precisam dos serviços da previdência, são as que possuem uma vulnerabilidade maior e precisam da assistência do estado, e contribuir para isso tem seus direitos adquiridos na Constituição Federal, então para que eles tenham acesso e tenham seus direitos conquistados é preciso um serviço eficiente. Essa matéria contribuirá bastante e irá refletir na eficiência desse serviço cada vez mais.

Isnaldo Bulhões
Deputado Federal (MDB/AL)

ESPECIAL INSS

CONFIRA AS NOVIDADES ESTABELECIDAS PELA AUTARQUIA FEDERAL

O ano de 2021 começou, a pandemia persiste, e a análise de seus efeitos sobre a Previdência Social também. Estão sendo sem dúvidas, meses desafiadores e recheados de novidades para os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ao longo dos meses que se passam a maior distribuidora de renda do país tem adotado inúmeras medidas. Algumas podem ser consideradas benéficas, outras nem tanto. E são essas medidas que afetam diretamente a vida de milhões de segurados, que dependem da maior distribuidora de renda do país. Entre as novidades implementadas está a sanção da Lei 14.131/2021 (mesma lei dos consignados), que autoriza o INSS a conceder auxílio-doença sem a necessidade de perícia médica presencial. Anteriormente, era necessário passar por perícia presencial para ter direito ao benefício.

O foco inicial do INSS é atender de forma cada vez mais ágil as demandas do cidadão. A Anasps conversou com os representantes do instituto e cobrou respostas sobre as suas dúvidas dos associados e servidores e buscou saber as próximas ações do instituto. As entrevistas foram separadas de acordo com os membros de cada diretoria iniciando com o presidente do INSS. Acompanhe:

O que o INSS tem feito pelos servidores durante a pandemia?

Estamos realizando várias ações. Em relação a ações de segurança sanitária, criamos um protocolo muito rígido, que vale tanto para os servidores da casa, quanto para os segurados que vão ao INSS em busca de serviços. Tivemos todo cuidado para só reabrir as agências depois que tivéssemos esse protocolo definido e implementado, ao mesmo tempo, fizemos um conjunto de ações para viabilizar o trabalho remoto, tanto daqueles servidores em grupo de risco, como oportunizando os que queiram participar do Programa de Gestão de Teletrabalho, ampliando as possibilidades para o teletrabalho, medida fundamental do ponto de vista da autarquia para o atual momento. Também estruturamos um trabalho referente à saúde e segurança do servidor, com isso criamos a Comissão de Segurança e Saúde dos Servidores, trabalho esse, que ainda está na sua fase inicial, e esperamos que os resultados sejam mais efetivos. Na mesma linha buscamos avançar na vacinação junto ao Ministério da Saúde, Confederações representativas dos municípios, Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que entenderam a importância da vacinação dos servidores do INSS, e a gente tem conseguido em grande parte dos municípios, que nosso público seja vacinado, especialmente aqueles que estão na linha de frente do atendimento. Essas são algumas ações que nós buscamos, no sentido de proteger a saúde dos servidores do INSS e ao mesmo tempo garantir que o INSS mantenha os serviços tão importantes para a população brasileira.

Como andam as tratativas para a Carreira Típica de Estado?

Reuniões periódicas estão sendo realizadas com a Secretaria de Gestão de Pessoas. Fizemos a formalização da proposta, com todas as argumentações que julgamos ser necessárias, para garantir que a Carreira do Seguro Social seja uma Carreira Típica de Estado. Essa medida é muito importante, porque a Carreira tem prerrogativas próprias. A Carreira do Seguro Social pode analisar os requerimentos e reconhecimentos de direito previdenciário, e é uma atividade que não há similar na iniciativa privada. Com o INSS assumindo o Regime Próprio da União também não haverá sinais, nem um outro órgão da

administração federal. Além disso, é uma carreira estratégica, porque hoje é responsável por quase metade da Despesa Primária da União e com a centralização do regime próprio será responsável por cerca de dois terços da Despesa Primária da União. Então, nós entendemos que esse conjunto de características da Carreira do Seguro Social são suficientes para enquadrá-la como Carreira Típica de Estado. Estamos otimistas pelas conversas que temos feito, tanto com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, quanto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, que o nosso pleito será atendido.

Presidente com a centralização de atividade, as Gerências-Executivas estão sem gestão, com dificuldades inclusive junto aos servidores, o que no final prejudica o atendimento à população. Há previsão de algum ato que corrija essa situação?

Estamos com um projeto de restruturação do INSS em que as Gerências-Executivas vão ser focadas nas atividades finalistas, ou seja, no atendimento e benefícios, ficando as áreas meio centralizadas nas Superintendências Regionais, esse é um processo que já começou e está em fase avançada de implementação, inclusive seguindo uma orientação geral do Ministério da Economia de redução das unidades gestoras e de despesas. Então, esse processo é muito importante para conseguirmos uma melhor padronização das compras, ter uma quantidade menor de servidores na área meio e consequentemente mais servidores na área fim, e junto com isso uma série de ações estão sendo feitas para possibilitar que as Gerências -Executivas foquem mais na área fim do INSS, que cada vez mais tenha instrumentos nesse sentido, aí as ELABs, Centrais que nós estamos desenhando com foco nas Centrais Especializadas, não só em análises e requerimentos, mas em outros serviços. Nós criamos recentemente a Central do RPPS, e devemos criar outra na mesma lógica. Então, esse modelo vai fazer com que as Gerências Executivas (GEX) sejam voltadas para as atividades finalistas, e acreditamos que com isso nós vamos resolver algumas dificuldades que estamos tendo hoje.

Com a criação da Central de Analise de Benefícios do Regime Próprio da Previdência Social – CEABRPPS, recebemos várias reclamações de servidores que solicitaram aposentadoria, pensão, auxílio funeral, ressarcimento do plano de saúde e não obtiveram resposta. Vale ressaltar que essas demandas foram encaminhadas há mais de dois meses. Qual o gargalo que a CEABRPPS está encontrando para que as demandas não tenham resolutividade?

Todo processo inicial acaba tendo algumas dificuldades de comunicação, às vezes, o novo modelo de comunicação não era conhecido pelas pessoas, e também há um processo de sistema. Eu peço aos servidores que tenham um pouco de paciência, pois todas essas situações serão resolvidas.

O INSS adotou várias medidas ao longo de 2021, o que motivou essas decisões?

O foco inicial é: o INSS atender de forma cada vez mais ágil as demandas do cidadão. Assim, várias medidas foram e ainda serão adotadas com esse intuito. A exemplo das medidas voltadas para reduzir as filas do BPC, novo sistema, criação da 6ª agenda da avaliação social, os mutirões, esses são alguns exemplos em relação a essas ações e virão mais. Outro exemplo, é referente a análise documental em relação ao auxílio-doença, e nós estamos implementando uma série de modernização de sistema, desburocratização, todas no intuito de tornar o processo de análise mais célere, com diversos objetivos, mas o principal é atender de forma mais ágil, cumprindo o acordo feito com o Ministério Público e Defensoria Pública, e homologado pelo Supremo.

Até o fim do ano, o auxílio-doença será concedido sem perícia presencial. O que motivou a tomada de decisão? A medida se estenderá pós pandemia.

Não é que ele vai ser concedido sem a perícia, ele poderá ser concedido sem perícia. É uma medida que a princípio valerá para esse ano, em função da pandemia. Estamos com uma capacidade de perícia reduzida, temos um volume de peritos que estão em trabalho remoto, sem realizar a perícia, agências em que os consultórios não estão adaptados, ou que por algum decreto regional, ou por alguma questão estrutural, ainda não reabriu. Por essas razões temos

"O foco inicial é: o INSS atender de forma cada vez mais ágil as demandas do cidadão. Assim, várias medidas foram e ainda serão adotadas com esse intuito. A exemplo das medidas voltadas para reduzir as filas do BPC, novo sistema, criação da 6ª agenda da avaliação social, os mutirões, esses são alguns exemplos em relação a essas ações e virão mais."

situações de pessoas que precisam se deslocar de uma distância muito longa para realizar uma perícia, e algumas situações que o prazo de marcação de perícia está além do que seria o ideal, então, em função dessas duas situações, principalmente, nós abrimos a possibilidade do requerimento do benefício sem a realização da perícia. E como isso irá funcionar? O perito irá analisar se os documentos anexados são suficientes, e decidir pela concessão do benefício, e ele será concedido sem perícia, mas o perito analisando e verificando que os documentos não são suficientes para uma conclusão, a perícia será agendada.

Não é que vai dispensar a perícia, somente em alguns casos a perícia poderá ser dispensada, como isso ocorre no mundo inteiro, há situações que com os exames fica muito claro que é uma situação típica de incapacidade temporária para o trabalho, dessa forma, em muitos casos a perícia está sendo realizada desnecessariamente, e o perito deixando de atender outras pessoas em que a situação precisaria de uma perícia.

Como será a rotina de manutenção do benefício? O INSS estipulou algum prazo para renovação?

Não, a lei autorizou até o final do ano. Então, nós vamos ao longo do ano realizar e a Secretaria de Previdência junto com INSS e vamos avaliando, caso se avalie que vai se manter para o futuro, terá que ser aprovada uma nova lei. No momento, o nosso enfoque é a pandemia, reduzindo o deslocamento das pessoas desnecessariamente e aumentar a capacidade de realização da avaliação dos requerimentos do auxilio por incapacidade temporária.

Recentemente a autarquia publicou a Portaria 1294/21 que estabelece o fluxo de comunicação à PF ou ao MPF de casos de saques indevidos em pagamentos feitos pelo INSS após o óbito do beneficiário, qual o motivo da edição dessa portaria? Acredita que trará resultados satisfatórios para a economia?

Criar um procedimento em relação a essas situações. O INSS cada vez mais tem avançado em tecnologias de inteligência artificial, de identificação de indícios de fraude, isso é um trabalho conjunto com a PF e a partir desse trabalho se identificou a necessidade de fazer essa normatização. Sem dúvidas, uma das obrigações do INSS é conceder o benefício a todos que tem direito da forma mais simplificada e ágil possível, e o outro é não pagar a quem não tem direito. Então, essas ações de inteligência artificial, ações bastante avançadas do ponto de vista tecnológico, elas tendem sim a fazer com que o INSS cumpra melhor o seu papel, e não ter despesas indevidas na previdência.

O que os segurados podem esperar de novidades para o segundo semestre de 2021?

O nosso maior desafio para o segundo semestre é o cumprimento dos prazos, em relação ao acordo homologado pelo Supremo. Estamos fazendo uma série de ações visando conceder o benefício de forma mais célere, de um lado as ações de transformação digital que estão cada vez mais intensas e acelerar a ampliação das concessões de forma automatizada, de outro lado, estamos buscando melhorar o atendimento nas agências, o que estamos chamando de "nova agência", que é um modelo mais amigável de buscarmos acolher as pessoas que possuem dificuldades na transformação digital.

O INSS está saindo do analógico para o digital, mas não podemos deixar ninguém para trás, então, a nova agência busca ter o atendimento agendado e atender nas agências as pessoas que não conseguiram resolver suas demandas pelo meio digital através do autoatendimento orientado.

Mensagem para os servidores:

Esse momento é muito importante para o Brasil e para o INSS, pois, ele tem um papel importantíssimo de garantir a proteção das pessoas que estão com dificuldade de obter renda, seja em função de aposentadoria, auxílio por incapacidade temporária, BPC. Então, o servidor do INSS tem orgulho disso, e nós estamos buscando fazer isso de forma cada vez melhor, e a instituição se consolidar como a grande Agência Social do Governo federal. Nesse sentido, a centralização do Regime Próprio da União é um passo que nós daremos uma grande importância nesse segundo semestre.

Anasps alerta:

cuidado com golpes envolvendo o nome da Anasps

Atenção associado! Fique atento aos golpes efetuados por meio de ligação, WhatsApp ou cartas envolvendo o nome da Anasps.

Golpistas têm se passado pelo vice-presidente da associação, Paulo César Régis de Souza, solicitando recursos financeiros. Alertamos para que não repassem quaisquer valores referentes a processos judiciais, ou qualquer outra finalidade.

FIQUE ATENTO!

Diretor de Atendimento Alessandro Roosevelt

Quais os principais desafios que o senhor considera ter que enfrentar a frente da diretoria?

A diretoria está passando por um processo de transição. Então, o desenho da Dirat antes com as coordenações se unificou a parte operacional da Diretoria de Benefícios, atualmente a Dirben que cuida de toda a parte de atendimento e benefícios. Futuramente, a Diretoria de Atendimento com algumas alterações na estrutura, trocará o nome. O foco está na parte de planejamento e de algumas atividades transversais, ligadas ao CNIS e a reorganização do planejamento do Instituto, principalmente, interligando com os planejamentos obrigatórios, como o PPA. Então, o grande desafio para a diretoria agora é conseguir fazer essa reorganização do planejamento, principalmente, com o foco orçamentário dentro dessa necessidade que o INSS tem hoje, assim como toda administração pública de se adequar ao novo modelo orçamentário que está ocorrendo.

Como é ser diretor de uma área tão delicada do INSS?

A Diretoria de Atendimento antes focava no requerimento e atendimento ao cidadão, e a Diretoria de Benefícios no coração, que são as regras de negócio do Instituto. Com as mudanças nas nomeações e na estrutura, com a Portaria n°1300, houve uma realocação interna, e a parte antes ligada ao segurado ficou toda na Diretoria de Benefícios. Então, a parte delicada da Diretoria de Atendimento é o planejamento e, principalmente, o CNIS que vai sair da visão de CNIS apenas para o regime geral de previdência e continuar sendo a base para o regime geral, como essa nova atividade que entrou no INSS do regime próprio de previdência, pelo decreto presidencial. Com o INSS assumindo duas unidades, uma de Regime Próprio e outra de Regime Geral, o CNIS é à base de informação social para as duas diretorias, ele sai de uma visão mais restrita dentro de apenas uma área, para todo o INSS. Esse novo modelo de atendimento é mais interno, mudando a visão que nós tínhamos antes.

O que o INSS tem feito pelos servidores durante a pandemia? Existe algum plano de atuação?

Eu sou servidor de carreira, então a meu ver o INSS precisa evoluir, porque é a minha carreira. Além dos processos de mudanças, plano de gestão e teletrabalho, está em discussão dentro do Instituto a necessidade de fazer a solicitação de concursos públicos, e até a restruturação de alguns pontos da nossa carreira relacionada à GDASS, para ocorrer à mudança da cultura organizacional e da estrutura das atividades para os servidores. Acredito que não é uma atividade específica, mas um conjunto que envolve todas as diretorias que estão ocorrendo, dentre elas o maior foco é a necessidade de um estudo mais aprofundado, tanto da pontuação, atividades dos servidores da ponta, da necessidade ou não de um concurso público e da automação de processos, tudo isso envolve o nosso servidor.

Quais os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Diretoria de Atendimento?

Nesse novo modelo sai essa parte que estava focada no atendimento e foca na questão do planejamento e projetos. Hoje nós já temos os projetos que estavam sendo tocados dentro da casa em parceria com outras diretorias, como o projeto-anjo e do PNUD. Temos novos projetos que vão começar agora, como o projeto do Segurado Especial, que é sobre o cadastramento, e o novo modelo do CNIS para o segurado especial que estava na Medida Provisória n°871, que está na Lei n° 13846 da conversão da medida provisória, esse é um projeto novo que deve se instaurar agora no segundo semestre, e também o reforço do projeto do PNUD com a inclusão de toda a parte do Regime Próprio de Previdência, e a da unificação da agência de Previdência e Trabalho. Esse vai ser o grande foco para o segundo semestre de 2021.

Quais as expectativas para os trabalhos a serem desenvolvidos até o final do ano?

Grandes expectativas. Antes todas as atividades estavam focadas na CGP, disseminadas dentro da casa, nós não tínhamos uma área que concentrasse os projetos e tivesse um controle maior de algumas atividades que são transversais dentro do INSS. Agora, com esse modelo da diretoria, ela se torna uma diretoria transversal, puxando algumas atividades que estavam espalhadas dentro do Gabinete da Presidência, vamos ter um foco maior na parte de projetos, planejamentos e orçamentária, vamos ter a tendência de juntar todas às informações e dar mais ênfase a elas. A expectativa para o segundo semestre é que nós tenhamos um crescimento na parte de planejamento e projeto, mais rápido e maior do que nos anos anteriores.

Podemos falar em novidades para os segurados?

A parte do segurado vai estar focada no novo modelo da Diretoria de Benefícios com o diretor Oliveira, fazendo a centralização de todo atendimento e das regras de negócio, toda a parte operacional do INSS está com ele, e com isso tende a melhorar para o segurado, porque provavelmente algumas limitações, barreiras e divergências devem acabar. A tendência é reduzir a burocracia e aumentar a forma de atendimento ao segurado.

Mensagem para os servidores:

Como servidor do INSS, eu entendo que nós estamos em um processo evolutivo há alguns anos e esse é mais um passo, e como toda evolução gera uma dor interna, alterações e saída da zona de conforto as expectativas são altas. Os servidores precisam estar com o coração calmo com todas as mudanças, pois até organizar vão ter pontos a serem acertados, mas precisamos ter fé que o INSS e a nossa carreira são maiores do que isso.

Covid-19: Anasps propõe parceria na compra de vacina para seus associados

Neste momento em que a Covid-19 cresce descontroladamente, a Anasps, associação que há 28 anos luta pelos servidores públicos, em especial os da Previdência Social, propõe por meio dos ofícios nº 007/2021 e nº 008/2021, encaminhados ao Secretário de Previdência Social, Bruno Bianco e ao presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Rolim, respectivamente, uma parceria na aquisição de vacinas contra a covid-19. Respeitando o calendário nacional, a associação propõe uma ação conjunta, para imunização de todos os servidores ativos do INSS com idade inferior a 60 anos.

A quantia solicitada corresponde a 10.057 vacinas, para aplicação em todos os servidores associados da Anasps, com idade inferior a 60 anos, com um total previsto de 9.065 servidores ativos e 992 aposentados.

Para a Anasps a vacinação para esse grupo é de extrema importância, tendo em vista a relevância das atividades prestadas por esses profissionais, para garantir o pleno funcionamento do instituto.

Ao detalhar sua solicitação, a Anasps, reforça seu compromisso de luta diária para com aqueles que atendem diretamente a população nas Agências da Previdência Social, e acredita que o caminho para afastar a sombra do colapso da saúde, passa fundamentalmente, pela imunização daqueles que dedicam horas no atendimento presencial.

INSS responde ofício

Em resposta à solicitação da Anasps feita por meio do ofício 008/2021, a Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho informa que, o INSS permanece em tratativas com o Ministério da Economia, da Saúde, Confederação Nacional dos Municípios e Federação Nacional de Prefeitos, com a proposta de inclusão no grupo prioritário do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina Contra a Covid-19, dos 16.320 (dezesseis mil, trezentos e vinte) profissionais, entre servidores Técnicos e Analistas do Seguro Social, vigilantes, auxiliares de limpeza, estagiários, assistentes sociais e médicos, que executam suas atividades na área de atendimento, direto aos cidadãos que buscam os serviços previdenciários e sociais, realizando atividades de suma importância, principalmente, no atual cenário de pandemia.

Nesse contexto, o INSS informa que a proposta de contribuição da ANASPS na doação de vacinas contra a COVID-19 será de extrema importância, pois, somará aos esforços voltados para atingir a vacinação a um maior número de profissionais deste Instituto, contribuindo pela proteção à saúde, minimizando os riscos de contágio e agravamento da doença.

Batalha

Essa não é a primeira vez que a associação luta para garantir a imunização para seus associados.

Em meio a um ano marcado por incertezas, onde muitos perderam pessoas queridas, protocolamos ações no Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de garantir a compra da vacina para seus associados.

Seu escopo com o ajuizamento das ações, era a de garantir a imunização dos associados, bem como, cooperar com o Poder Público de vencer a situação pandêmica. Pois, apesar de todos os apelos e negociações para que a vacina esteja disponível para todos, o que conseguimos ver é um retrato de desigualdades. Mas a luta continua!

Preservar vidas é o foco da Anasps

Enquanto a imunização para todos não sai, a Anasps faz um alerta para prevenção de toda a categoria, para que redobre os cuidados preventivos e de segurança contra o novo coronavírus, sejam cuidados pessoais, sejam coletivos.

É evidente que cada um sabe o tamanho da angústia decorrente do isolamento. Aguardamos esperançosos que a vacina saia para todos. Como entidade de classe, a Anasps reforça que o momento atual requer união e luta pela vida.

A Anasps se importa com você associado. Sua vida para nós, vale muito. Pedimos encarecidamente que se cuidem!

O SORRISO DE SUA FAMÍLIA EM BOAS MÃOS

GRATUITO PARA ASSOCIADOS

Inclua seus dependentes no plano dental Hapvida/ Anasps

O maior objetivo de uma entidade é conseguir proporcionar a seus associados benefícios que de alguma forma possam impactar positivamente suas vidas.

Quando somos beneficiados com algo, logo pensamos em como fazer para que nossos familiares também possam desfrutar de tal ganho, que muitas das vezes não são estendidos. E quando se trata de cuidado com a saúde bucal não é diferente.

Foi pensando em você, que a Anasps tornou isso possível. Agora associado, seus dependentes também podem usufruir do Plano Dental Hapvida/Anasps. Isso mesmo que você leu. A novidade é de agradar os olhos e sair sorrindo por aí. Afinal, o sorriso é a coisa mais bonita que se pode vestir.

O benefício que é totalmente gratuito para nossos associados, agora, com o custo de apenas R$ 10 para cada dependente, o associado e titular do plano já pode fazer a inclusão dos mesmos. Nesse caso, o pagamento será realizado apenas por cartão de crédito.

É importante lembrar que somente será cadastrado dependente no plano, se o titular já estiver no plano, pois necessita do número da carteira da Hapvida.

Quem pode ser meu dependente e quais documentos necessários?

a) Cônjuge ou companheiro(a) – certidão de casamento ou escritura pública de união estável;

b) Filhos naturais ou adotivos, netos até 24 anos incompletos – certidão de nascimento ou documento de identidade onde constem o nome do genitor e os documentos de identidade de todos os ascendentes até que se comprove inequivocamente a relação de parentesco enunciada com o titular, necessários para tanto;

c) Enteados até 24 anos incompletos – certidão de nascimento ou documento de identidade associada à certidão de casamento, ou escritura pública de união estável;

d) Filhos inválidos– os mesmos documentos exigíveis aos filhos mais o laudo pericial médico constatando a condição de invalidez e a declaração de dependência econômico-financeira nos termos da Receita Federal.

e) menores tutelados, curatelados ou sob guarda– documentos de identificação dos mesmos e os documentos legais necessários à comprovação das condições indicadas.

Conheça quatro motivos para incluir seu dependente

1 – Extensão do benefício

A principal vantagem é que os dependentes também passam a contar com toda a cobertura do plano.

2- Facilidade em marcar consultas

Para quem não tem um plano odontológico, é comum passar um grande período de tempo sem ir ao dentista, mas ao incluir um dependente essa dificuldade diminui. Com o plano dental é possível

fazer um acompanhamento adequado da saúde bucal.

3- Atendimento de urgência e emergência

Com um bom plano dental, seu dependente tem acesso a atendimentos odontológicos de urgência e emergência em clínicas conveniadas, a qualquer hora do dia ou da noite.

4- Valor do plano mais barato

Ao incluir um dependente, além da vantagem de garantir um sorriso perfeito, o valor da mensalidade é mais barato.

Saiba mais

Com o preenchimento do formulário até 5º dia útil do mês corrente, o plano ficará disponível para utilização no primeiro dia útil do mês subsequente, respeitando carências previstas na ANS, contadas a partir da disponibilização do plano: 24h para os atendimentos de urgência/emergência, 60 dias para Diagnóstico, Prevenção em Saúde Bucal e Dentística (Restaurações) e 180 dias para os demais casos.

O plano segue todo o rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Curiosidades sobre o sorriso

- Estimula nosso sistema de recompensa cerebral;
- Melhora o humor e alivia a tensão;
- Utiliza de 5 a 53 músculos faciais;
- Melhora o sistema imunológico;
- Queima calorias. Dar gargalhadas de 10 a 15 minutos por dia, queimará de 10 a 40 calorias.
- Faz bem para o sistema cardiovascular;

GEAP: novo modelo de gestão garante sustentabilidade da operadora

Com o fim do regime de direção fiscal, findado em 2020, a Geap Autogestão em saúde, chega em 2021, com novo modelo de gestão. O Programa de Saneamento, aceito pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mostra a possibilidade de recuperação da entidade. A Direção Fiscal foi iniciada em dezembro de 2017, pela ANS. O regime é instaurado para operadoras de saúde que apresentam "grave desequilíbrio econômico e financeiro".

Em 2019, o corpo diretivo, que há dois anos administra 465 mil vidas, implantou uma série de medidas para tentar reverter a situação da Fundação que estava à beira da falência. Entre as medidas adotadas estão, cancelamento de contratos desnecessários, renegociação com empresas conveniadas, e ampliação da auditoria.

Inúmeras foram as conquistas da Fundação. O novo modelo de gestão, conquistou o Selo Empresa Limpa, do Instituto Ethos; Certificação GPTW (Great Place to Work) de melhores empresas para se trabalhar, obteve indicação para o ranking das melhores e maiores empresas de saúde do Brasil de 2019, pela revista Exame. Além da implantação do Programa de Integridade,

A atual diretoria implantou ainda o Programa de Integridade, baseado na lei Anticorrupção, conforme padrões requeridos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o qual adota prática concretas de governança coorporativa. Os processos têm como objetivo principal a sustentabilidade da Fundação e a garantia da continuidade da prestação dos serviços a todos os beneficiários.

Eleições GEAP: associados da Anasps são eleitos

Mais uma vez os assistidos/beneficiários da GEAP foram chamados a participar da construção do futuro da instituição. Por meio das eleições para eleger os membros dos Conselhos de Administração (CONAD) e Fiscal (CONFIS), para o triênio 2020-2023, a escolha dos beneficiários tem o objetivo de promover uma operadora de planos de saúde, transparente e democrática, com representantes comprometidos com a defesa dos interesses da classe.

conta com uma nova equipe e entre eles, alguns associados da Anasps que irão unir forças para uma operadora cada vez melhor. Conheça os eleitos:

CONAD:

Vilma Ramos (INSS/SP) – Associada Anasps

Marcio Freitas de Paiva (INSS/RN)

Fabio Almeida Rabelo (GEAP)

Marcia Cristina de Oliveira Schultz (GEAP)

Ronald Acioli da Silvera (INSS/DF) – Associado Anasps

Farlei Meyer (SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL)

CONFIS:

Djalter Rodrigues Felismino (INSS/RN)

Cricia Rodrigues do Espirito Santo (GEAP)

Simone de Lucena Lira (INSS/PB)

Irineu Messias de Araujo (CRPS/PE) – Associado Anasps

De cara nova: Site da Faculdade Anasps ganha novo design.

Novo layout com menus simplificados, visam facilitar a experiência do aluno.

O sistema educativo, assim como a cultura, as relações de trabalho e a sociedade de forma geral, vêm sofrendo profundas alterações no que diz respeito ao avanço da tecnologia. Com o objetivo de adaptar a educação às demandas dessa nova sociedade, promovendo o ensino difundido em todo o território nacional, o site da Faculdade Anasps, instituição de Ensino Superior credenciada em julho de 2016, passou por modificações, ficando mais atrativo e interativo, e agora está de cara nova.

Seu layout está mais moderno, com menus simplificados, além da maior gama de conteúdo. O objetivo da modernização é disponibilizar de forma facilitadora, as informações de interesse acadêmico para a sociedade em geral.

A navegação privilegia a simplicidade na busca por informações. Seções importantes, como Cursos, Pós-graduação, corpo docente, entre outras, ganharam maior visibilidade em relação à versão anterior.

Uma das principais atualizações do portal está na home da página, onde aparece a opção de acesso a todos os cursos. Também houve reordenação de menus e submenus, com agrupamento de elementos de maneira mais lógica.

A partir dessas mudanças, o estudante ficará melhor informado de todas as notícias da instituição.

Por fim, todos os canais de comunicação de sua mantenedora, a Anasps, ganharam destaque. Adaptado as novas tecnologias, o site é responsivo, e adequa-se aos formatos de tela de smartphones, tablets e demais tecnologias móveis.

Cursos disponíveis

Possibilitando uma formação rápida para preparar o estudante a fim de inserir ele no mercado de trabalho, a Faculdade Anasps contratou projetos de cursos online (todos com certificado). A plataforma, conta com cerca de 100 cursos, a serem realizados totalmente online, e o melhor com certificado. Entre os cursos ofertados, estão enquadrados os seguintes temas:

- psicologia da Aprendizagem nos anos iniciais;
- prática de Alfabetização;
- porcentagem, Juros e Probabilidade;
- noções de Processo Legislativo;
- ética, Cidadania e Responsabilidade Social;
- educação especial e o espectro autista;
- crimes Contra o Patrimônio;
- compliance;
- microeletrônica;
- telemarketing e Call Center;
- Clareza Textual;
- atendimento ao Turista;
- assistente Administrativo;
- assistente de Recursos Humano-RH;
- português para Estrangeiros;
- empreendedorismo e Liderança;
- governança nas Empresas Estatais e muito mais...

Acesso

Os cursos listados acima e muito mais, estão disponíveis na plataforma de ensino (a qual o estudante pode ter acesso através do site www.faculdadeanasps.com.br).

O corpo docente que ministra as aulas nos cursos oferecidos pela Faculdade Anasps é formado por especialistas, a fim de colaborar com o processo de disseminar informações para todo o Brasil.

A Faculdade Anasps permanece em constante evolução, oferecendo aos associados e a sociedade em geral o caminho para o desenvolvimento acadêmico e profissional.

Vantagens do ensino online

Estudar ficou mais acessível. Hoje em dia, temos inúmeras possibilidades de otimizar o currículo. O ensino à distância tem alcança-

do cada vez mais adeptos e crescendo de forma importante, pois apresentam diferenciais que influenciam diretamente na vida de quem está em busca de aprendizado. Se você ainda não conhece a plataforma online da Faculdade Anasps, não perca mais tempo. Conheça vantagens que te farão se tornar um adepto do ensino 100% online:

Locomoção

Pode se dizer que essa é a vantagem principal. Com as aulas online, o aluno não precisa se preocupar com a locomoção. Os cursos podem ser feitos em qualquer lugar, desde que se tenha internet.

Otimização do tempo

Com o ensino online, o aluno pode fazer o seu tempo de estudo, se adaptando melhor a rotina de quem trabalha e que possui horários diferenciados. Se você quiser estudar um pouquinho a cada dia, tudo bem; ou se preferir tirar um dia inteiro para estudar, tudo bem também. O horário quem faz é você.

Fator econômico

Os cursos da Faculdade Anasps, são gratuitos aos associados Anasps, permitindo ao aluno a ampliação do currículo e a preparação para as exigências do mercado de trabalho.

Suporte de Atendimento

Para você que já é aluno, o novo design do site da Faculdade Anasps, conta com uma aba "Links de Apoio". Dentro da mesma, é possível encontrar vários meios de sanar dúvidas. Caso necessite, é só escolher um dos apoios e pronto. Conheça-os: aproveite a oportunidade de adquirir mais conhecimentos. A hora de crescer é agora!

- Enviar mensagem para secretaria;
- WhatsApp;
- Equipe de Ti;
- Tutoriais (em breve).

Espaço do aluno

No espaço do aluno, é possível consultar informações sobre o seu curso, notas e faltas, além de realizar a solicitação de serviços sem ter que ir até a Secretaria fixa.

A fim de levar mais comodidade a você estudante, o espaço do aluno permite também o acesso on-line da biblioteca. Uma busca integrada, na qual você pode fazer suas pesquisas de forma rápida e prática. São milhares de títulos que abordam mais de 40 áreas de conhecimento.

Aproveite a oportunidade de adquirir mais conhecimentos. A hora de crescer é agora!

"A persistência nos estudos realiza o impossível" ...
Prof. Leandro Piccini

Clube Anasps continua inovando

Estamos vivendo tempos únicos na história. A pandemia da Covid-19 requer que novos hábitos sejam criados. Aprender a se acalmar, a acreditar que tudo vai passar, ter paciência e buscar novos meios de contato, principalmente com quem se ama, são exercícios diários.

Como ainda não se sabe por quanto tempo essa situação irá perdurar, o Clube Anasps – clube de benefícios do servidor, criado em 2015, busca a cada dia tornar mais leve essa situação. Com o uso da tecnologia, estamos nos mantendo conectados com nossos associados, levando um pouco de entretenimento e boas notícias.

Dando continuidade à série de lives, a equipe do Clube Anasps realiza semanalmente (nas quartas-feiras), encontros dinâmicos, com variados temas de relevância. As últimas lives realizadas tiveram como temas: Óleos Essenciais; Prevenção de Acidentes; Medicina Nutricional; Vinhos; Você sabe a importância de se ter uma boca saudável?; e A difícil arte da Convivência.

Se por algum motivo, você perdeu algum encontro, não se preocupe. Tomamos o cuidado para que ninguém fique sem assistir as lives, o Clube Anasps disponibiliza em seu canal no YouTube todas as lives realizadas, assim, você pode assistir no melhor momento.

O Clube trabalha com o propósito de proporcionar a melhoria na qualidade de vida dos sócios, buscando serviços que afetem diretamente no bem-estar, saúde, educação e lazer. O clube foi criado e pensado para você.

Sorteio das mães

O dia das mães é a data mais doce e amável do calendário. A fim de presentear àquelas que são consideradas exemplo de força, ternura e amor, o Clube Anasps realizou o sorteio de 3 massageadores digitais e 2 tablets para presenteá-las nesta data mais que especial. Conheça as ganhadoras da ação realizada anualmente pelo Clube Anasps:

Regina Cruz – massageador (Brasília);

Vanessa Dalalibera Silveira Arndt – massageador (Brasília);

Eliane Barbosa de Moura – massageador (Salvador);

Conceição da Silva – tablet (Belo Horizonte);

Marisa Aparecida Carlini – tablet (São Roque).

Em função das dificuldades provocadas pela pandemia, optou-se pelo sorteio dos prêmios durante a realização da live, que teve como propósito promover momentos de relaxamento para renovar as energias com todas as precauções que o momento exige. Parabéns às ganhadoras!

Seu clube de benefícios agora tem Instagram

Hoje em dia, dificilmente encontramos alguém que não faz uso das redes sociais. O Brasil é o segundo país em número de usuários do Instagram no mundo com 50 milhões de perfis, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. E nós do Clube Anasps não poderíamos ficar de fora dessa estatística.

Está confirmado! Agora o Clube Anasps, clube de benefícios também está no Instagram, com perfil oficial @clubeanasps.

A criação da conta faz parte da nova estratégia de aproximação com o associado (a), com o objetivo de sempre oferecer materiais de relevância e qualidade.

A exemplo do que já acontece no Facebook, a conta do Instagram será utilizada para informar os associados, sobre as principais notícias do Clube.

Convidamos vocês, queridos leitores, a nos seguirem, para sempre ficar por dentro das mais variadas novidades.

Vendas online

Comprar é um verbo que muita gente gosta de conjugar. Agora, comprar com descontos fica melhor ainda para praticar. É exatamente isso que o Clube Anasps oferece.

Para melhor atender o associado, o Clube Anasps vem ampliando seu portfólio de parcerias. Nos últimos meses, o Clube firmou novos convênios que passaram a oferecer descontos aos associados e seus dependentes.

Conquistamos o reconhecimento das empresas nacionais e multinacionais e, nesses 28 anos de fundação da Anasps, o Clube tem a missão de dar continuidade aos preceitos básicos desenvolvidos (com muito sucesso) ao longo desses anos pela entidade: priorizar os interesses dos servidores.

Conheça algumas empresas que realizam entregas em todo o país. Acesse www.clubeanasps.com.br, selecione a opção "Convênios", em seguida escolha na parte de UF, por "Nacionais", e pronto. Uma lista com todas as empresas parcerias nacionais aparecerão para você. Aproveite os descontos e boas compras.

Vamos vencer juntos

Diante da crise, a pior escolha é não fazer nada. Portanto, neste momento, mantenha a calma, e conte com a equipe do Clube Anasps. Nesse período de desafios, conte conosco para te ajudar a construir um futuro próspero. Seguimos trabalhando com o propósito de união e responsabilidade.

Reforma administrativa é boa para quem?

Anasps luta para evitar que texto seja aprovado nos moldes que se encontra

É notável o imenso descontentamento com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/20), mais conhecida como reforma administrativa, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, com objetivo de tornar os serviços públicos brasileiros mais efetivos, assim explica os autores e defensores da proposta.

Enviada ao Congresso Nacional em setembro de 2020, a proposta vem sendo defendida como forma de modernização da estrutura do Estado brasileiro e melhoria na qualidade dos serviços públicos. Mas o que se vê é a redução do papel do Estado, e não a ampliação, qualificação e adequação às necessidades da população, no que diz respeito aos serviços públicos oferecidos. Até o presente momento, ninguém esclareceu que a proposta promete colocar o servidor como alvo, enfraquecendo sua relação de trabalho com o Estado brasileiro.

A reforma que engloba todos os entes federativos, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, comissão que analisou a admissibilidade e constitucionalidade da proposta. Também foram realizadas uma série de audiências públicas para que o tema fosse amplamente debatido. Na defesa do amplo debate sobre a proposta que mexe com a vida de milhares de brasileiros, foram feitas diversas reuniões com parlamentares, chefes de gabinetes e assessorias, para que fosse garantido que entidades de classe fossem ouvidas para juntos construirmos um texto conciso e adequado à realidade do país. Tivemos êxito nesse pleito.

A proposta que foi encaminhada sem a documentação suficiente para justificá-la, retira dos futuros servidores uma série de direitos já conquistados, abre caminho para a contratação crescente de trabalhadores terceirizados e acaba com a estabilidade. Assim como em reformas anteriores, a PEC prevê desconstitucionalizar garantias da prestação do serviço público. Ela livra os funcionários do "andar de cima", e prejudica os do "andar de baixo". Levando em consideração que é no Executivo que estão 95% dos servidores públicos e que a média salarial no Executivo, contendo os três níveis da federação, é de R$ 4,2 mil, não dá para dizer que são valores exorbitantes, o que não justifica a proposta. Além do mais, comparado com outros países, o Brasil tem apenas 12,3% de empregabilidade no setor público, enquanto nos países desenvolvidos, essa média é de 20,3%.

O Brasil precisa sim de reformas, e antes da administrativa, o que deveria estar sendo debatido com mais fervor, seria a reforma tributária, uma vez que o problema fiscal do Brasil, não é devido ao número e salário do funcionalismo.

Há fortes razões para se preocupar. É preciso que os servidores da ativa e os que pretendem entrar no serviço público acordem para as consequências da proposta. Quem vai pagar a conta é quem recebe menos e trabalha muito, com responsabilidade para entregar a população brasileira aquilo que lhe é de direito e que essa proposta tenta usurpar.

Nós da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps), entidade que há 28 anos luta pelos servidores, estamos trabalhando incansavelmente para evitar que o texto seja aprovado nos moldes em que foi enviado. Em uma análise técnica das mudanças trazidas, apresentamos propostas de ajuste ao texto, esperando contribuir para a otimização da ação governamental. Propostas essas que foram aceitas e retiradas do texto enviado ao legislativo e aprovado na CCJC. Vamos lutar para que outros pontos sejam debatidos na Comissão Especial e assim possamos criar um texto que não prejudique o servidor público

Não se deixe enganar, a reforma administrativa não vai resolver os problemas do país, assim como a reforma da previdência e trabalhista não resolveram. Só fará com que a população tenha menos acesso aos próprios direitos. Se aprovada na íntegra, será o grande passo para a privatização da saúde, da educação, da Previdência Social, do saneamento básico e etc.

No centro da polêmica, a pergunta que não quer calar: a reforma administrativa é boa para quem? Esse é um assunto de interesse de todos nós. O momento de união é agora. Precisamos correr contra o tempo, e nos mobilizar contra a proposta.

Junte-se a nós. Não podemos permitir que essa medida cruel acabe com os direitos adquiridos ao longo dos anos. Ela perpetua desigualdades, pois não abrange as disparidades salariais no serviço público, atingindo apenas a base do funcionalismo e mantendo os privilégios do judiciário, do legislativo e dos militares.

Precisamos valorizar o serviço público. Ele é para todos! Lutar contra a reforma administrativa é defender o Estado Brasileiro e a Constituição Federal.

Em tempos de pandemia, Assessoria Parlamentar se reinventa para trabalhar em defesa do associado

Não está sendo fácil, mas continuamos lutando por você!

Estamos há mais de um ano da declaração de pandemia da Covid-19 feita pela Organização Mundial da Saúde. Nesse período, o mundo todo assistiu a uma mudança na rotina e à adoção de novos hábitos, como uso de máscara e distanciamento social.

O novo coronavírus, que se alastrou pelo mundo inteiro, dizimou vidas, superlotou hospitais, quebrou muitas vezes a solidariedade e a economia. Paralisou a indústria, impediu aviões de levantar voo, fechou escolas e cancelou eventos. Mudou a vida da população mundial e a maneira como cada segmento desenvolvia seu trabalho.

No que diz respeito a assessoria parlamentar da Anasps, o trabalho que é executado no corpo a corpo nos corredores e gabinetes do Congresso Nacional teve que se reinventar e em um curto período, encontrar uma maneira para que a atividade continuasse e os assuntos de interesse dos nossos associados continuassem sendo levados ao parlamento.

Apesar da chegada da vacina, ainda estamos atravessando um momento atípico no Congresso Nacional, já que as duas Casas estão com acesso restrito e os trabalhos ainda estão sendo desenvolvidos de maneira remota. Mesmo diante dessa dificuldade, a Anasps manteve sua atuação no parlamento, mas isso só foi possível porque a entidade conseguiu galgar um bom relacionamento com os parlamentares e suas equipes, consolidado com respeito e confiança. O que proporcionou que as articulações, reuniões e debates continuassem, agora de maneira remota. Nossa assessoria mantém a rotina de reuniões com parlamentares e assessorias para garantir que nenhuma matéria de interesse dos nossos associados seja aprovada da maneira que é apresentada, a exemplo da reforma administrativa.

Apesar dos trabalhos legislativos estarem com foco em questões relacionadas a pandemia, mesmo que em proporção menor, outros assuntos estão sendo discutidos, como a PEC 32/2020, conhecida como reforma administrativa. A matéria que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, teve como relator o deputado Darci de Matos (PSD-SC).

Dando seguimento a questões relacionadas ao tema, elaboramos uma Emenda Aditiva que na fase de apresentação, será protocolada pelo deputado Isnaldo Bulhões (MDB/AL). A mesma pede para que seja adicionado ao texto da proposta o reconhecimento da Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado, uma vez que, as carreiras típicas de Estado são atividades que não tenham correlação com a rede privada, a execução de políticas públicas de transferência de renda, seu controle e sua fiscalização, realizados pela Carreira do Seguro Social, são atividades exclusivas do Estado. Dessa forma, os cargos técnicos e analistas do Seguro Social, devem fazer parte das carreiras típicas de Estado, pois são atividades que só existem dentro do Estado, além da relevância da atividade exercida por esses dois cargos que é a execução da maior despesa primária pública do Governo Federal, e a execução da principal política pública social. A definição sobre as carreiras típicas de Estado será feita na Comissão Especial. A assessoria parlamentar da Anasps está trabalhando para que a Carreira do Seguro Social seja incluída no debate.

Com o intuito de dirimir qualquer dúvida sobre a matéria, criamos um espaço especial no site da Anasps (www.anasps.org.br), dedicado exclusivamente ao tema. Nele, você associado, pode encontrar tudo que diz respeito a proposta, além de entrevistas com parlamentares, nas quais apontam os malefícios da PEC.

Sempre engajados com assuntos relacionados ao servidor público, enviamos uma carta com pedido de retirada de tramitação do Projeto de Lei 802/2021, de autoria do deputado Luiz Lima (PSL/RJ) que prevê, a redução da remuneração de ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes públicos e políticos no âmbito federal, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, por acreditar que a pior medida que poderiam tomar, neste momento, seria o corte de salários, uma vez que essas medidas enfraqueceriam o combate à Pandemia e trariam ainda mais recessão à economia. Para a Anasps, não são os trabalhadores que devem pagar a conta do combate ao Coronavírus, mas sim as grandes fortunas e as grandes instituições do sistema financeiro.

Por articulação da nossa assessoria parlamentar, foi incluído ao texto da Medida Provisória 1006/2020, que deu origem a Lei 14.131/2021, trecho sobre a concessão de carência, por até 120 (cento e vinte) dias em operações de crédito consignado. Vale ressaltar que desde a apresentação do PL 1328/2020, de igual teor, articulamos para que o texto fosse aprovado. Obtivemos êxito.

Não está sendo fácil, mas continuamos lutando por você, associado!

Edson Haubert, presidente do Mosap, garante que PEC 32 precariza o serviço público

"Quem irá se beneficiar com a PEC caso ela seja aprovada, é o próprio governo", diz

A reforma administrativa virou um dos temas mais polêmicos em discussão no Congresso Nacional. A Proposta de Emenda à Constituição enviada em setembro de 2020 pelo governo federal (PEC 32/20) acaba com a estabilidade no serviço público, cria cinco tipos de vínculos com o Estado, entre outros pontos.

Em busca de tornar o tema mais claro, a Anasps, associação que há 28 anos luta em prol do servidor público, ouviu o presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert, sobre a PEC que é considerada cruel, por provocar o desmonte do Estado Brasileiro.

O presidente destaca que não acredita na aprovação do texto neste ano, e faz um apelo para a sociedade em geral, no sentido de unir forças para evitar que a PEC seja aprovada.

Haubert destaca que servidores públicos e a população precisam acompanhar os debates para se ter entendimento da importância do texto, que em grandes pontos, provoca prejuízos. "Somente os parlamentares tiveram a oportunidade de recebe-la, mas não discutiram. Não discutiram com quem é de direito que são os servidores civis, e também não discutiram essa reforma com a sociedade, que é uma reforma profunda que precisamos entender", diz Edson.

Edson enfatiza que a reforma administrativa está sendo conduzida com base em premissas falsas, pois a mesma, não veio para acabar com privilégios, e sim com a estabilidade do serviço público. "Essa reforma não acaba com privilégios, ela acaba com a estabilidade. Eles querem precarizar o serviço público". E complementa: "É uma estratégia. É uma mentira, e é um chamamento enganoso para todo o servidor público, porque a história informa e nos ensina, que houve mais propostas que vieram para beneficiar, mas principalmente neste momento a reforma administrativa visa única e exclusivamente diminuir gastos e flexibilizar as formas pelas quais o servidor público também ingressa".

Ao ser questionado sobre quem irá se beneficiar com a PEC caso ela seja aprovada, o presidente do Mosap garante: "Quem irá se beneficiar com a PEC é o próprio governo, que não quer mais esse tipo de regime que está vigorando hoje, no fundo, eles querem nivelar o servidor público por baixo, em relação à iniciativa privada'', diz.

Com propriedade sobre o tema, o presidente do instituto faz uma avaliação da proposta. "A reforma administrativa é um conceito muito amplo, reformas poderão acontecer todos os anos, toda vez que houver necessidade de alguma adequação, mas sempre para melhorar e jamais para precarizar, para extinguir os servidores públicos atuais, essa que é a grande morte dessa reforma, acabar com o serviço público da forma como está hoje, regido por leis. É logico que depois dessa poderão vir outras também, mas a gente não sabe o que essa reforma vai trazer, e como que ela vem trazer as suas consequências", diz o presidente.

Trabalhos do Mosap para evitar a aprovação da PEC

O intuito do Mosap, que congrega entidades de classe de servidores públicos, aposentados e pensionistas de todo o Brasil, cujo objetivo é defender os interesses gerais e consensuais de suas entidades associadas. Promover a união, através das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais para um trabalho político harmônico e coordenado no Congresso Nacional e nas bases eleitorais, junto aos deputados federais, senadores e lideranças políticas, falando uma só linguagem na defesa dos direitos garantidos pela Constituição Federal.

Com isso, o presidente do instituto afirma que tem trabalhado com garra, para defender os direitos adquiridos pelos servidores públicos, pois, a proposta não altera as regras para militares, magistrados, parlamentares, promotores e procuradores. Nem mesmo para aqueles que entrarem no serviço público após a aprovação da reforma.

"Estamos trabalhando dentro da nossa possibilidade e meios, temos participado dos movimentos, com nossos outdoors, recepções no aeroporto, campanhas de conscientização da 'não aprovação dessa reforma', estimulando as entidades a fazerem o mesmo nos estados.

PEC 32 ameaça a qualidade dos serviços públicos, diz deputado estadual Ronaldo Medeiros

"A Anasps tem feito um trabalho excepcional nesse sentido de proteger, conversar com os parlamentares e esclarecer o verdadeiro papel do serviço público e do servidor"

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que trata da reforma administrativa, em tramitação no Congresso Nacional é considerada injusta, incompreensível e inexplicável. Os inúmeros debates em torno da PEC, apontam que ela enfraquece o Estado e provoca prejuízos.

É considerada uma ameaça à qualidade dos serviços públicos, abrindo um grave precedente para o aumento da indicação política. A proposta de reforma afeta os direitos dos servidores públicos, esses que têm sido alvo de ataques por meio de várias medidas.

Em conversa com à Anasps, o deputado estadual, Ronaldo Medeiros (MDB/AL), destaca que a PEC 32 é nociva aos servidores e ao serviço público, e pontua que ela não acaba com privilégios.

"A reforma não vai acabar com os privilégios e altos salários, porque o servidor público nem tem altos salários. É uma PEC que não acaba, pelo contrário, ela mantém para quem tem privilégios, e para aquele que trabalha saindo todos os dias de casa para atender o cidadão, ela penaliza", diz Ronaldo.

Na proposta da reforma administrativa, há um debate assíduo em relação ao salário dos servidores públicos. Ganham acima da média ou não? O Banco Mundial divulgou que, em média o servidor público ganha 19% a mais que um trabalhador de empresa privada, uma diferença abaixo da média em relação a 53 países pesquisados. Se for levar em consideração a faixa salarial dos servidores municipais, estaduais e federais, há uma grande discrepância. Os municipais ganham a mesma faixa salarial do servidor da rede privada, estaduais ganham aproximadamente 36% a mais, e os federais possuem uma diferença salarial de 96% acima dos servidores da rede privada.

O deputado afirma que a PEC busca punir o servidor pequeno. "O servidor público concursado, ele estuda, passa por um concurso, é alguém capacitado para atender o público e trabalhar. Então, dizer que é caro e que o servidor público ganha bem acima da média da área privada, isso é um engodo, não reflete a realidade. Existe uma camada pequena de servidores, Judiciário, alguns do Legislativo e poucos do Executivo que tem sim salários altos, eu diria até que para esses a PEC não vai atingir", ressalta.

O texto enviado ao Congresso Nacional determina o fim da estabilidade para cargos que não sejam de atividade típica de Estado, as opiniões estão divididas, o deputado se diz contrário à proposta. "Olha, o fim da estabilidade vem trazer grandes malefícios. Imagine em situações que um servidor está à mercê do gestor e não possui estabilidade, ou ele faz o que é mandado ou será demitido. O que fez com que o Brasil e a ciência esteja prevalecendo é a estabilidade do servidor. Um servidor da Previdência analisando uma documentação de uma aposentadoria de algum eleitor do governo e conhece os gestores e políticos locais, a sua análise dessa documentação fica muito comprometedora, na saúde as filas que hoje são respeitadas, o servidor vai se sentir pressionado e irá colocar na frente outras pessoas, essa é a grande desordem do serviço público. A falta de esta-

Ronaldo Medeiros
Deputado Estadual (MDB/AL)

bilidade não é uma mordomia e privilégio, e sim uma garantia que a sociedade e o estado têm de ter um serviço público cidadão e isento", afirma Medeiros.

A PEC pretende ampliar os convênios aumentando a privatização e terceirização, dessa forma, afetando os servidores e a sociedade. "A terceirização, e consequentemente a partidarização, a politização do serviço público ela vai imperar, e isso é muito ruim, você vai ter um serviço público para um pedaço da sociedade. Com a terceirização, irão ser critérios que só atendem aos apadrinhados, pessoas que tem "QI". O concurso público, vem justamente para proteger e valorizar aqueles que estudam e tem condições de trabalhar para a sociedade", diz.

A desigualdade social no Brasil pode ser ampliada e agravada com a reforma administrativa. O deputado afirma que, quem vai pagar o preço são as pessoas mais carentes que necessitam dos serviços públicos, pontuando que a população irá retroagir muito no Brasil. "A PEC vai causar no Brasil todo um grande desequilíbrio, e principalmente, nas regiões mais pobres. A desigualdade social só vai aumentar, imagine um jovem que estuda, e ele pensa que 'nada que eu faça vai valer a pena', porque não existe uma garantia que ter dedicação, fazer uma pós-graduação, mestrado e doutorado vai servir para alguma coisa, o que vale é ser amigo do 'rei', e isso é um grande mal que a sociedade vai ter que enfrentar caso essa proposta seja aprovada, e não é só o servidor público que deve se mobilizar, mas também toda a sociedade, segurados, sindicatos rurais, autônomos e empregados que utilizam os serviços públicos, no caso a Previdência Social", completa Medeiros.

A propaganda do governo enfatizou que as alterações da reforma não vão afetar os atuais servidores, mas existem uma série de medidas que dizem o contrário, como a retirada de direitos e garantias que os servidores atuais já possuem. "Os servidores atuais e o serviço público vão ser afetados, pois, isso é o início, eles começam retirando o atual servidor público, mas no bojo da PEC ela afeta muito o servidor público atual. Os servidores precisam ficar atentos, cobrar e vigiar o voto dos deputados e senadores, precisa existir uma grande mobilização. A Anasps tem feito um trabalho excepcional nesse sentido de proteger, conversar com os parlamentares e esclarecer o verdadeiro papel do serviço público e do servidor. O serviço público só existe se tiver servidores, e a qualidade do serviço é ligada diretamente a qualidade do servidor. Precisa acabar com essa desculpa de que o servidor não vai ser afetado agora, isso é uma balela e irá ocasionar grandes males", explica o deputado.

A mobilização e ação junto aos parlamentares são fundamentais. Ao ser questionado sobre como o parlamento está conduzindo a matéria e o que o servidor pode fazer diante das ameaças, o deputado esclarece que, "o parlamento tem que olhar para a sociedade, ver o que é melhor para o Brasil e aprovar aquelas propostas que façam e tragam um serviço público de qualidade, que atenda a sociedade, mas para isso nós precisamos de uma sociedade vigilante, o servidor público, e a sociedade usuária dos serviços públicos precisam cobrar desse parlamentar, que ele não cometa esse crime, na minha opinião, esse é um ato tão grave, aprovar uma medida desnecessária e injusta", diz.

O deputado deixa uma mensagem para os servidores, afirmando que ele está no parlamento trabalhando para que essa PEC seja arquivada. "Servidores públicos se mobilizem, apresentem para a sociedade os malefícios que são colocados nessa PEC, e mostrem também que quando as instituições não conseguem atender os anseios da sociedade, não é culpa do servidor público, e sim de uma política neoliberal. O governo Bolsonaro vem com uma grande missão que é destruir o serviço público, implementando medidas que politizem o serviço público, acabando com os concursos públicos e meritocracia, como essa PEC prevê", finaliza.

"Servidores públicos se mobilizem, apresentem para a sociedade os malefícios que são colocados nessa PEC, e mostrem também que quando as instituições não conseguem atender os anseios da sociedade, não é culpa do servidor público, e sim de uma política neoliberal. "

Anasps entrevista relator da PEC 32 na CCJC

Carreiras Típicas de Estado serão conceituadas na Comissão Especial

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que trata da reforma administrativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e da Câmara dos Deputados, Darci de Matos (PSD-SC), apresentou parecer favorável ao texto enviado pelo Poder Executivo. A matéria foi aprovada com três emendas saneadoras.

A PEC 32/20 enviada ao Congresso pelo Executivo, restringe a estabilidade no serviço público, e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcional e definição dos cargos típicos de estado.

Dando continuidade ao trabalho que está sendo realizado com os parlamentares, a Anasps entrevistou o relator da proposta com o objetivo de mostrar aos nossos associados todo entendimento que cercam o assunto. O parlamentar que atendeu prontamente o pedido da Anasps, destacou pontos importantes da PEC, citou os assuntos apontados em seu relatório, considerados inconstitucionais, fez uma breve explanação sobre a terceirização no serviço público e destacou que as Carreiras Típicas de Estado serão conceituadas na Comissão Especial.

Vale destacar que a Anasps está trabalhando incansavelmente para que a Carreira do Seguro Social seja reconhecida como Carreira Típica de Estado.

A proposta fere direitos dos atuais servidores públicos?

A PEC 32 é constitucional, pois não fere cláusulas pétreas. Ela não mexe com nenhum direito adquirido dos atuais servidores, porque senão ela poderia ser judicializada. Os servidores podem ficar tranquilos, pois ela não retira nenhum direito, ela cria um novo modelo de servidor público a partir do ano que vem. Isso foi uma recomendação do presidente, do ministro Paulo Guedes, e com uma decisão nossa. Se tiver alguma dúvida em algum artigo de que pode mexer nos direitos adquiridos, nós vamos clarear e pacificar na Comissão Especial.

Como o senhor classifica o fim da estabilidade?

Eu preciso explicar isso. É o fim da estabilidade para parte dos servidores a partir de 2022. Não é o fim da estabilidade total. Então, essa narrativa tem que ser explicada. Primeiro os atuais servidores continuam com estabilidade, ponto! Segundo, a partir do ano que vem vai continuar concurso público com estabilidade para Carreiras Típicas, e nós vamos conceituar as Carreiras Típicas na Comissão Especial. E para os demais, eles serão concursados, não indicados politicamente como estão dizendo, mas não terão estabilidade, não vão ter benefícios, eles terão uma condição diferente, um vínculo com prazo indeterminado. E claro, terá um mecanismo na Constituição para evitar que sejam perseguidos pelos gestores.

Não dá para se esconder atras da estabilidade, ou dizer que só presta um serviço de qualidade quem possui estabilidade. Isso não é verdade. Eu discordo totalmente. Vamos a um exemplo: os enfermeiros e médicos, demostraram o quanto são importantes para o Brasil na pandemia. Aí eu pergunto: os enfermeiros e médicos de hospitais filantrópicos que são em grande número que atendem no SUS, da Unimed e particulares eles têm estabilidade? Eles não têm. Eles salvam vidas, se dedicam e trabalham quanto aos demais que tem estabilidade. Isso é um fato. Isso é uma realidade. A estabilidade é importante para os que estão, mas ela vai permanecer. É importante para as Carreiras Típicas no futuro, mas não dá pra dizer que aqueles que não tem estabilidade não vão ser dedicados, não vão salvar vidas. Isso eu discordo totalmente.

Qual sua opinião sobre a terceirização no serviço público?

A terceirização do serviço público é uma realidade que avançou a níveis municipais e estaduais de forma assustadora. Então, o vínculo por prazo indeterminado para novos servidores que não terão estabilidade e nem benefícios, é mais seguro, e até melhor que a terceirização. Então eu diria que hoje, 20% a 30% do serviço público do Brasil, municipal, estadual e federal já está terceirizado, mesmo sem Lei, mesmo sem a reforma. É vigilante, é guarda, é limpeza, secretária, recepcionista. Na educação se você verificar 20% já são ACTs, porque os prefeitos não estão mais fazendo concurso público. Quando o prefeito terceiriza a gestão de um posto de saúde, está terceirizando médico e enfermeira. Quando compra vaga na educação infantil está terceirizando a professora. Então

Deputado Darci de Matos (PSD-SC)
Relator da Proposta de Emenda à Constituição

a terceirização é uma prática que avançou muito no serviço público do Brasil. Cresceu muito. Eu afirmo que é uma prática que está funcionando razoavelmente bem e sendo ampliada. Agora o modelo por prazo indeterminado com concurso e sem benefícios, é o mais qualificado para o serviço público do Brasil no meu entendimento.

Como o senhor classifica o serviço público brasileiro?

O serviço público brasileiro em sua grande maioria é bom. Os servidores são dedicados, honrados e prestam um serviço qualificado. Agora, muitos sabem que existe um percentual de 2%, 5% e até de 10% de servidores que não produzem, não trabalham, e quando os gestores tentam fazer trabalhar, ele tem o 'SIM' do Ministério Público. Esta é uma verdade! É só consultar prefeitos e governadores. Então a PEC vem no seguinte sentido: nós queremos promover, por isso que vai ter avaliação de desempenho, o servidor que produz e queremos punir e demitir aquele que não produz. Isso é milenar. Isso é mundial. Então a meritocracia a partir do ano que vem vai ser implantada e é fundamental para o serviço público do país.

Acredita que se a reforma administrativa não for aprovada a União, estados e municípios não terão como pagar o salário dos servidores?

Isso já está acontecendo no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, e em mais de 100 municípios do Brasil. Eles já não estão pagando em dia. Ou promovemos um enxugamento da máquina pública, ou não vamos ter recursos para pagar o salário dos atuais servidores que estão aí. A reforma da Previdência veio nessa linha. Não vamos deixar o Brasil ser tomado por essa crise de recursos, não só pelos salários. Hoje, não sobra mais do que 5% dos entes públicos para investimentos. Estamos gastando praticamente todo o dinheiro no custeio e na folha, e isso não é justo com a população brasileira.

Em sua opinião quais são os pontos considerados polêmicos na proposta e que serão melhor debatidos na Comissão Especial?

A ideia é conceituar as Carreiras Típicas na Comissão Especial e depois defini-las em Projeto de Lei Complementar, isso é uma grande discussão. Outro ponto que deve ser alterado na Comissão Especial é o estágio probatório em período de experiência para Carreiras Típicas. Não dá para colocar um policial, um auditor, em uma Carreira Típica de Estado em dois anos como trainee em um órgão público sendo que ele nem é servidor. Debateremos também, outras questões da regulamentação do art. 41, para que o gestor possa efetivamente demitir o servidor que tem estabilidade se ele não produzir, e promover aquele que produz. Hoje, o gestor não consegue demitir nem no estágio probatório. Isso é um absurdo! Mas o servidor bom, aquele que produz, ele não tem medo dessas mudanças, porque as mudanças vêm no sentido de beneficiar aqueles servidores que são a maioria, que produzem, que são dedicados e que tem compromisso com a sociedade.

Quais foram os pontos apontados em seu relatório, considerados inconstitucionais?

Eu alterei dois pontos. No art. 84 alínea D §6 que retira os plenos poderes do Presidente da República de extinguir ou transformar autarquias e fundações. Isso é um perigo. Sem consultar a Câmara, por decreto. Porque o presidente poderia extinguir INSS, Receita Federal, Ibama, Agência Nacional do Petróleo, sem consultar o parlamento. Eu inadmiti, é inconstitucional. E no art. 37 § 16, tirei a parte que vedava as Carreias Típicas de Estado de exercer qualquer trabalho remunerado. Isso é um absurdo. Deixei ele vivo, para melhor ser discutido na Comissão Especial, dando essa possibilidade para as Carreiras Típicas.

Qual sua opinião em relação à ausência de militares, membros do Legislativo, Executivo e Judiciário na reforma.

O Executivo alegou de que não foram incluídos porque teriam vícios de origem. Há uma pressão monstruosa no Brasil para incluí-los, esses diplomatas, magistrados, MP, parlamentares, ministros. Tem um deputado o Kim Kataguiri (DEM -SP), que está colhendo assinatura para apresentar uma Emenda. Eu não tenho nenhum problema. Meu auxílio-paletó foi doado para a APAE da minha cidade em Joinville e auxílios saúde eu nunca usei. Ao contrário, entrei com Projeto de Resolução na mesa para acabar com esse auxílio saúde, eu não vejo nenhum problema de que a reforma possa atingir a todos.

O senhor acredita que a PEC 32/2020 será aprovada este ano?

Este é o nosso desejo. Votá-la até o início do segundo semestre. A PEC em sua essência, vem com o propósito de promover a modernização do serviço público. Me dói dizer, mas em muitos lugares do Brasil o serviço público é lento, caro e burocrático. A PEC vai promover uma economia em dez anos de R$300 bilhões e ela vem no sentido de nós, nos adequarmos aos novos tempos, pois esse modelo tem 30 anos, ele vem da época da promulgação da Constituição de 88. Ele não vem para emparedar o servidor. Não é verdade. Temos que valorizar, reconhecer. Agora, a PEC vem para promover justiça, ou seja, nós queremos promover aqueles que produzem e punir aqueles que não produzem que são a minoria, mas que ainda existem no serviço público do Brasil.

Obs.: Após a realização da entrevista, o relator da proposta, deputado Darci de Matos (PSD/SC), fez nova alteração em seu parecer. Com a nova emenda saneadora, o parlamentar suprime os seguintes princípios do caput do Art. 37: "imparcialidade", "transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública" e "subsidiariedade".

Conheça os benefícios da Anasps e faça parte da nossa família

Fundada em agosto de 1992, a Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps), promove através de um conjunto de ações, o atendimento às necessidades dos associados. Nossa entidade abrange servidores de todas as esferas, seja de órgãos federais, estaduais ou municipais. E também, aposentados e pensionistas.

Em meio a um momento de turbulência pelo qual nosso país está passando, os motivos para que você se associe, só aumentam. A manutenção dos direitos já conquistados e a reivindicação de melhores condições só são possíveis graças ao trabalho constante da associação. O intuito de nossa associação é unir, integrar, somar, representar e crescer.

E claro, nossos benefícios vão além da luta diária pela classe. Oferecemos uma gama de vantagens que vão desde descontos, atendimento jurídico individual e coletivo, até a oferta de um ensino superior de qualidade.

Confira:

Clube Anasps

É o clube de vantagens que permite transformar o valor da sua mensalidade em investimento. São descontos em lojas online, estabelecimentos conveniados em todo o país nos mais diversos segmentos: gastronomia, viagens, serviços de assistência, educação, vestuário, lazer & entretenimento.

O Clube é gratuito e abrange os dependentes do associado (a) da Anasps.

Faculdade Anasps

Instituição de Ensino Superior que oferece curso de graduação em Gestão Pública, pós-graduação em Direito Previdenciário e mais de 100 cursos no modelo à distância (EaD), sendo eles técnicos e de capacitação. Sua missão é promover a formação de profissionais, em nível superior, dentro de uma visão inovadora, globalizante e integrada, além de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais.

Assessoria Jurídica Individual

Atendimento individual gratuito com um advogado e que poderá tratar de qualquer assunto exceto criminal. O objetivo da Assessoria Jurídica Individual é colaborar dando atenção e encaminhamento à resolução de eventuais problemas dos associados, que podem ocorrer em diversas situações e momentos de sua vida. Canais de atendimento: Central 0800 810 9090, WhatsApp (21) 2509-3071 e e-mail jur.individual@anasps.org.br.

Bem-estar

Com o intuito de colaborar para melhor qualidade de vida de seus associados, a Anasps promove atividades recreativas, desportivas e culturais organizadas pela Associação e realizadas com frequência em todo o país. Sempre com o compromisso de manter os associados bem informados sobre seus direitos, a Anasps conta com um serviço de comunicação social, que através do site, jornal, tv web, rádio web, revista e outras publicações, propõe interatividade com seu público.

Saúde

Parcerias com empresas administradoras de benefícios para que os associados tenham a opção de contratar planos de saúde coletivos, com cobertura em diversas modalidades, que possuem tabelas de valores especiais.

Representatividade jurídica

É o departamento responsável por prestar assessoria jurídica coletiva para servidores ativos, aposentados e pensionistas no que diz respeito às questões salariais, de insalubridade no serviço, plano de saúde ou matérias relacionadas a categoria representada de associados. A Anasps já batalha pelo direito de seus associados em mais de 150 processos coletivos.

Hapvida/Anasps

Manter um sorriso saudável é muito importante para nossa saúde e auto-estima. Sendo assim, você precisa ter um plano odontológico que assegure que a sua saúde bucal esteja protegida. Pensando nisso, a Anasps firmou convênio com o Plano Odontológico Hapvida. O plano é totalmente gratuito, nacional e sem coparticipação. Você não paga nada. A Anasps paga o plano e oferece para você.

Outra novidade do mais novo benefício que foi criado pensando em você, é a inclusão de dependentes. Isso mesmo! Agora o sorriso de sua família ficará em boas mãos, com mensalidades que cabem no seu bolso. Se ainda não preencheu o formulário, não perca mais tempo e preencha agora mesmo.

Para mais informações entre no site: www.anasps.org.br ou entre em contato pelo e-mail: anasps@anasps.org.br, WhatsApp: (61) 3322 – 4807 e telefone: (61) 3321 – 5651.

"É possível que a terceira onda de covid aconteça", diz Procurador José Eduardo Sabo Paes

A pandemia do novo coronavírus, virou o mundo de cabeça para baixo. Rotinas foram transformadas, preocupações diárias surgiram, e a vida dos brasileiros mudou inesperadamente.

Na era pandêmica que vivemos atualmente e, com o medo do desconhecido, fomos obrigados a dar uma pausa. O isolamento social, e o ficar em casa representa para quase todos os cidadãos uma sensação de pavor, além da incerteza do que pode estar por viver, seja na área econômica, trabalhista ou da saúde.

Com essa nova realidade, a capacidade de adaptação nunca foi tão necessária, e, ao mesmo tempo o maior desafio para o ser humano. Apesar do atual cenário, estamos esperançosos para que tão logo esse vírus seja combatido.

Com o objetivo de manter seus associados bem informados com o tema, a Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps) está sempre atrás de respostas fundamentadas e esclarecedoras. Não é hora de ocultar a verdade, há preocupação e medo em todo lugar. As pessoas não são mais livres como eram antes, os abraços foram deixados de lado. Quanto ao futuro, este é imprevisível.

Em entrevista à Anasps, o Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), José Eduardo Sabo Paes, esclarece medidas e expectativas futuras para 2021 e para o próximo ano.

Confira!

Estamos com mais de um ano de pandemia, qual a sua avaliação sobre o gerenciamento das ações de saúde para conter a propagação do novo coronavírus?

Primeiro se faz necessário um breve esclarecimento sobre papel do Ministério Público nesse contexto. Cabe a nós a defesa dos direitos coletivos das pessoas. Entre esses direitos, que são garantidos a todos os cidadãos pela Constituição do nosso país, estão os relativos à saúde e à vida. Por isso, quando iniciou-se a pandemia, por meio de ato da Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa, decidiu-se constituir uma Força-Tarefa aqui no Distrito Federal para acompanhar todas as medidas e ações tomadas pelo poder público, em especial pelo Executivo local, para enfretamento da pandemia. O Grupo, constituído por mais de 30 integrantes, foi criado em março do ano passado. Fui nomeado coordenador dos trabalhos, que são feitos em conjunto com mais de 20 Promotorias e Procuradorias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), incluindo as que atuam em áreas como saúde, mobilidade e sistema prisional. Em uma avaliação preliminar, diria que nossa atuação tem sido positiva, e gerado bons resultados ao conjunto da população do DF. Com foco na defesa da vida, definimos eixos de atuação, priorizando as áreas como saúde, assistência social e mobilidade, além de outras que foram mais diretamente impactadas pela crise sanitária. Adotamos, em nossas ações, uma linha de diálogo e articulação com atores governamentais e da sociedade civil envolvidos no combate à pandemia. Até agora consideramos positivos os resultados do trabalho. Como exemplo dos ganhos obtidos em prol da sociedade, citaria o aumento da transparência das informações públicas sobre a situação do atendimento a pacientes da rede de saúde, o aperfeiçoamento do fluxo de vacinação e a contenção da disseminação do vírus no sistema prisional do DF.

Acredita que o isolamento social é o caminho correto para combater a doença?

Sim. Sem dúvida. É uma medida indispensável em um contexto em que se verifica a falta de doses de vacina suficientes para imunizar, de forma rápida, toda ou parte expressiva da população. Mas, é claro, não é o único. Desde o ano passado, especialistas e autoridades da área de saúde vêm alertando para um conjunto de medidas protetivas que, à toda evidência, auxiliam a evitar a disseminação do coronavírus. Além do distanciamento, citaria o uso de máscaras faciais, a higienização constante das mãos e o uso de álcool em gel. Acrescentaria também uma observação que

José Eduardo Sabo Paes
Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT),

julgo oportuna, sobre a necessidade de que, no atual momento, a saúde deve ser preservada às inteiras. O que quero dizer com isso? Que as medidas adotadas com o fim de combater a doença devem ser capazes de proporcionar não somente a proteção física contra o vírus, mas também que as pessoas passem a se manter hígidas, mentalmente e espiritualmente, e capazes de exercer suas atividades laborais.

Como o Sr. classifica a atuação do governo nessa crise?

Considero que, no geral, o governo agiu bem para conter a disseminação da Covid-19. Não é fácil para quem tem o dever de gerir ações executivas lidar com um problema de tamanha dimensão como esse, tanto em nível nacional, como nos níveis estadual e distrital. É claro que houve alguns equívocos na condução de algumas das medidas de enfrentamento, até pelo desconhecimento da própria doença. Contudo, como disse, vejo mais como positiva a maneira como se deu, até agora, a atuação do Governo Federal. Entendo que ele tem propiciado recursos a estados e municípios para que esses entes levem adiante as ações necessárias de combate à pandemia. Somente em decorrência da Lei Complementar nº 173/2020, que criou o Programa Federativo de Combate Enfrentamento ao SARS-CoV-2 (Covid-19), já houve, creio, repasse federal de R$ 30 bilhões de um total previsto de R$ 60 bilhões até o fim deste ano. Vimos também ações destinadas à população mais vulnerável, como o auxílio emergencial, e também ao setor produtivo, como o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda, que, aliás, foi reeditado recentemente com o propósito de amenizar as dificuldades enfrentadas por empregadores e trabalhadores durante a crise. Por fim, lembro que a ação do Governo tem um caráter mais central, uma vez que, até mesmo em razão da decisão da Suprema Corte, que afirmou a responsabilidade concorrente dos entes federativos no combate à pandemia, foram estados e municípios que tomaram as decisões mais específicas de enfrentamento da crise em seus contextos.

Quais medidas o MPDFT tem adotado para ajudar a amenizar a crise econômica?

A condução da política econômica e das medidas dela decorrentes, por óbvio, são de responsabilidade do Poder Executivo. No Distrito Federal, entendo que o Ministério Público auxilia a amenizar a crise econômica na medida em que exerce sua atribuição constitucional de fiscalizar os atos do Governo nessa área. Nesse sentido, temos acompanhado, de maneira constante, as medidas que vêm sendo tomadas pelo Executivo local, cobrando sua correta execução e adequação à legislação vigente. Já durante a pandemia, exigimos, por exemplo, mais transparência nas contratações de hospitais de campanha e de insumos (equipamentos, medicamentos etc.) para uso na rede de saúde. Do mesmo modo, estamos realizando o acompanhamento da execução orçamentária, principalmente na parte relativa ao emprego dos recursos repassados ao DF com a destinação específica de enfrentamento à crise sanitária. Entendo que essas e outras tantas medidas tomadas até agora pelo MPDFT prestam uma contribuição importante ao arrefecimento da crise econômica em um momento tão delicado como atual.

Como foi a atuação da Força-Tarefa? O trabalho do MPDFT vai continuar?

Como mencionei, a Força-tarefa tem prestado um apoio importante à sociedade do Distrito Federal nesse período difícil. Desde o início dos nossos trabalhos, em março do ano passado, sabíamos que a tarefa não seria fácil, muito embora, como todas as demais instituições envolvidas no enfrentamento à Covid-19, não tivéssemos a exata dimensão do tempo que a crise iria durar. Entendo que foi acertada a decisão de atuarmos com respeito às nossas responsabilidades institucionais, mas com um viés muito mais colaborativo do que punitivista. É claro que, quando foi necessário, lançamos mão dos instrumentos que a le-

“A condução da política econômica e das medidas dela decorrentes, por óbvio, são de responsabilidade do Poder Executivo. No Distrito Federal, entendo que o Ministério Público auxilia a amenizar a crise econômica na medida em que exerce sua atribuição constitucional de fiscalizar os atos do Governo nessa área. ”

“Primeiro, acho possível que a terceira onda aconteça. Vários especialistas em saúde já estão admitindo essa possibilidade. A forma de minorar essa indesejável situação é com a ampliação da oferta e a aceleração da vacinação em todo o país. O fim da pandemia só ocorrerá com a população vacinada. Não há outro modo. É isso o que a ciência tem pontuado, e é isso o que as evidências que chegam de outros países que já estão em estágio avançado de imunização de suas populações estão mostrando.”

gislação coloca à nossa disposição para a defesa dos direitos constitucionais dos cidadãos do DF, como as ações civis públicas. No entanto, logo de início, percebemos que seria mais eficiente, e condizente com o contexto de crise, atuar na esfera extrajudicial, sempre que possível evitando a judicialização dos conflitos surgidos ao longo da pandemia. Desse modo, realizamos um sem-número de reuniões, centenas de requisições informativas a diferentes órgãos e instituições públicas e privadas, cobramos a adequação das medidas em curso à legislação, emitimos quase 30 recomendações sobre áreas diversas relacionadas, direta ou indiretamente, com o combate à pandemia, como a saúde, assistência social e mobilidade. Realizamos também perícias e vistorias em estabelecimentos diversos e nas unidades da rede hospitalar. O último levantamento mostrou um total de mais de 800 iniciativas levadas a cabo pela Força-Tarefa desde sua criação, nos âmbitos extrajudicial e judicial. Por outro lado, e pessoas do próprio Governo podem comprovar essa afirmação, uma vez que apoiamos as ações do Executivo, e da sociedade civil, os ajudamos a buscar soluções efetivas para amenizar ou evitar problemas que emergiram durante a pandemia. Estamos certos de que o caminho escolhido tem gerado, até o momento, bons resultados para o conjunto da sociedade. Devo ressaltar que, em diversos campos, nossa atuação se deu em conjunto com os Ministérios Públicos de Goiás, do Trabalho e Federal, e também com a Defensoria Pública. Por fim, é importante é deixar claro que, mesmo após o fim da pandemia, o trabalho do MPDFT em defesa dos direitos dos cidadãos continuará, seja por meio da Procuradoria Distrital dos Direitos dos Cidadãos (PDDC), seja por intermédio das demais Promotorias e Procuradorias que atuam em áreas específicas.

Ao observar o progresso de outros países, o Sr. acredita que o Brasil deve atingir o mesmo patamar no próximo ano?

Sinceramente, acredito que irá alcançar o mesmo patamar ainda este ano. Houve, de fato, por diversas razões, um atraso na vacinação em relação ao que havia sido programado incialmente. No entanto, quando observamos o atual número de pessoas imunizadas em nosso país, verificamos que nossa situação não é ruim. Até a data de 6 de maio deste ano, 33,404 milhões de pessoas já haviam recebido a primeira dose da vacina, o que equivale a 15,77% da população brasileira. Some-se a isso o total de doses já contratadas pelo Governo Federal de diferentes fabricantes, e a melhora do fluxo de entrega dos lotes de vacina aos estados pelo Ministério da Saúde via Programa Nacional de Imunizações (PNI). Estamos, então, em um patamar razoável. E creio que, até o final do ano, estaremos em uma situação bem mais tranquila.

Na sua avaliação, quais medidas devem ser tomadas para evitar uma terceira onda de covid-19?

Primeiro, acho possível que a terceira onda aconteça. Vários especialistas em saúde já estão admitindo essa possibilidade. A forma de minorar essa indesejável situação é com a ampliação da oferta e a aceleração da vacinação em todo o país. O fim da pandemia só ocorrerá com a população vacinada. Não há outro modo. É isso o que a ciência tem pontuado, e é isso o que as evidências que chegam de outros países que já estão em estágio avançado de imunização de suas populações estão mostrando.

Na sua opinião, quais ações devem ser tomadas para reverter a superlotação das UTIs?

Em primeiro lugar, baixar o número de casos de infecção pela Covid-19 por meio do aumento da vacinação, e continuar a adotar outras medidas protetivas já mencionadas. Além da vacinação, também é necessário colocar em

funcionamento novos leitos de enfermarias, de unidade de cuidado intermediário (UCIs) e de terapia intensiva (UTIs). No Distrito Federal, nossa Força-Tarefa tem acompanhado de perto medidas nesse sentido. Para os próximos dias, a rede local de saúde receberá mais 300 leitos para atendimento aos pacientes com Covid-19. Eles estarão disponíveis em três hospitais de campanha que foram construídos em Brasília, no Gama e em Ceilândia. Além disso, entendo que é preciso também propiciar a todos os profissionais que lidam, nesse momento, com demandas judiciais na área de saúde – defensores, juízes e promotores – acesso aos dados específicos do sistema que registra a real situação dos pacientes internados nas unidades da rede local de saúde. Esse acesso permitirá a esses profissionais dispor de informações atualizadas e confiáveis do sistema de regulação de leitos para uma correta tomada de decisões. Isso ajuda a garantir isonomia entre os pacientes, a evitar a adoção de medidas sem base técnica, e, em última análise, contribui para diminuir a superlotação nas UTIs.

Existe um público que mais transgride as leis em relação ao enfrentamento da covid?

Sim. Os jovens adultos. Principalmente os das faixas entre 20 e 30 anos, e entre 31 e 40. Isso ficou muito claro nos acompanhamentos que fizemos durante o período do carnaval e dos últimos feriados ocorridos este ano. Nas manifestações constantes que fazemos por meio da imprensa, temos chamado a atenção para esse fato, e tentado sensibilizar os jovens para que sejam mais cuidadosos, evitando a exposição desnecessária e o aumento de risco de contaminação deles próprios e de terceiros.

O que pode ser dito para que as pessoas se conscientizem?

Diria que reforçar as advertências que, cotidianamente, a imprensa e os profissionais de saúde envolvidos diretamente com o enfrentamento da pandemia vêm fazendo. Ou seja, ressaltar que essa doença é muito séria, com alto risco de gerar complicações de saúde que podem levar à morte. Destacar que essa enfermidade atinge a todos, independentemente de origem, idade ou classe social. Ponderar que a não observância das medidas de proteção sanitária, como distanciamento social, pode levar à perda de familiares, de amigos. Esclarecer que as novas cepas do coronavírus já em circulação no Brasil têm maior transmissibilidade e capacidade de gerar complicações mais graves para os infectados. E que, em razão de tudo isso, a hora é de não abaixar a guarda, e sim de cumprir as orientações e medidas de cuidado com a saúde; e os que, por obrigação de trabalho, não podem permanecer em isolamento, devem cumprir suas jornadas, mas também sem descuidar das medidas de proteção sanitária.

Gostaria de deixar uma mensagem de esperança para todos os brasileiros?

Todos nós precisamos ter consciência de que temos um papel a cumprir. Não só no plano individual, mas também no plano coletivo, social. E como podemos fazer isso? Primeiro, agindo com responsabilidade para evitar que essa doença não se propague nem em nossa família, nem nos demais grupos sociais com os quais interagimos, regular ou esporadicamente. Segundo, orando e confiando em nossos governantes, para que eles possam fazer o melhor possível por nós nesse contexto adverso. Apesar desse período de um ano e três meses de pandemia, estou seguro de que ela é passageira, e de que já está sendo controlada. Cada vez mais, vamos assistir o decréscimo da propagação desse vírus, com a respectiva redução do número de óbitos, dos índices de transmissibilidade e das internações das pessoas nos hospitais. Desejo que todos tenhamos força e fé para superarmos juntos esse momento.

“Todos nós precisamos ter consciência de que temos um papel a cumprir. Não só no plano individual, mas também no plano coletivo, social. E como podemos fazer isso? Primeiro, agindo com responsabilidade para evitar que essa doença não se propague nem em nossa família, nem nos demais grupos sociais com os quais interagimos, regular ou esporadicamente. ”

Conheça o aplicativo SouGov.br – nova interface digital para acesso aos serviços relacionados à vida funcional dos servidores

Com o propósito de facilitar a vida e transformar a forma na qual os servidores públicos acessam os serviços de gestão de pessoas, o aplicativo promete gerar uma maior conectividade entre os servidores ativos, aposentados e pensionistas e a gestão de pessoas da Administração Pública Federal. Com a chegada da nova ferramenta, o Sigepe mobile foi desativado no dia 3 de junho de 2021.

O SouGov.br foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e sua Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia. A ferramenta foi criada para ser um meio eficiente, simples e focado nas necessidades de cada servidor. Todos os serviços estão voltados a vida funcional do servidor. O sistema de gestão de pessoas vai ter integração com o aplicativo, e irá disponibilizar um canal para tratamento das solicitações, os serviços serão automatizados, e contará com painéis para avaliação da demanda e tratamento de solicitações pela unidade.

O projeto visa migrar todos os serviços existentes para o app, tornando esse o único canal de atendimento, mas não tem a finalidade de extinguir as unidades de atendimento presencial e telefônica, essas passarão a direcionar os usuários para o SouGov.br.

A princípio, o aplicativo irá conter os 23 serviços que o Sigepe mobile oferecia. Mas a promessa é de que até setembro de 2022, o SouGov.br disponibilize aproximadamente 50 serviços aos usuários.

Para usar o app é necessário ter o selo de confiabilidade, eles identificam os níveis de autenticação e são um recurso de segurança da informação da identidade, cada nível significa um grau maior da confiança cadastral. São divididos em três categorias:

- Selo Bronze - nível básico;
- Selo Prata - nível verificado;
- Selo Ouro – nível comprovado.

A previsão é conseguir mais de 1,3 milhões de acessos, entre eles, estão os servidores ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo Federal, do Governo do Distrito Federal, empregados públicos de empresas dependentes, contratos temporários e anistiados políticos.

Veja alguns dos serviços disponíveis no app SouGov.br:

Servidores ativos

- Prévia de Contracheque;
- Prévia de 13° Salário;
- Consulta a dados funcionais;
- Ficha Financeira Anual;
- Atestado médico (encaminhamento);
- Férias (solicitação, alteração ou consulta).

Servidores Inativos e Pensionistas

- Prévia de Contracheque;
- Prévia do 13° salário;
- Contracheque;
- Comprovante de rendimentos;
- Prova de Vida (consulta e comprovante);
- Ficha Financeira Anual.

Consignações – ativos e inativos

- Consulta a Extrato de Consignações ativas ou encerradas;
- Autorização de Empréstimo Consignado;
- Consulta a contratos e anuência para contrato de empréstimo consignado;
- Consulta à autorização – cancelamento e reativação.

Solicitações

- Auxílio Transporte;
- Assistência à saúde suplementar – cadastro de plano.

Como ter acesso ao aplicativo

1. Entrar no site: acesso.gov.br;
2. Acesse sua conta com o CPF;
3. Se não tiver um cadastro, clique no ícone "criar sua conta gov.br";
4. Escolha na opção de cadastro, "número do CPF";
5. Preencha seus dados;
6. Não forneça sua senha.

Como usar

1. Baixe o aplicativo;
2. Entre com seu número de CPF e senha;
3. Você será direcionado a área de privacidade;
4. É preciso ter um selo prata, confira todos os selos no link: http://fac-login-unico.serviços.gov.br;
5. Escolha uma forma de validação do seu cadastro e informe sua senha;
6. Você será direcionado a tela inicial do SouGov, entre com seu CPF e senha;
7. Navegue e aproveite os serviços.

O aplicativo está disponível, gratuitamente, na Apple Store e no Google Play. Em junho, também terá sua versão web.

Saiba o que acontece no Congresso

Confira as últimas proposições apresentadas pelo Congresso Nacional.

Projeto substitui prova de vida de aposentado por declaração ao Fisco

Tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 629/2021, de autoria do deputado Félix Cirilo (PT-CE), que prevê que a entrega anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), dispensará a prova de vida para aposentados e pensionistas de quaisquer regimes e em todos os entes federativos.

O projeto insere dispositivo na Lei Orgânica de Seguridade Social. Atualmente, para evitar fraudes, quem recebe benefício por meio de conta, poupança ou cartão deve comprovar anualmente que está vivo. Em caso contrário, os pagamentos são suspensos.

PL inclui servidores do INSS em lista prioritária para vacinação contra a COVID-19

De autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), o Projeto de Lei 1014/2021, pretende alterar a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 para prever a vacinação prioritária contra a Covid-19 a todos os profissionais cujas atividades são consideradas essenciais para a população.

Dessa forma, seria acrescentado a referida Lei que, até que seja alcançada a vacinação global da população brasileira, será conferida prioridade aos grupos definidos como de risco à Covid-19, de acordo com parâmetros científicos, estabelecidos em regulamento.

Servidor pode ser liberado para atuar na própria empresa e no comércio

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 364/21 que revoga trecho do Regime Jurídico Único que atualmente proíbe o servidor público civil da União de participar de gerência ou administração de sociedade privada ou praticar o comércio.

O projeto é de autoria do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE). Se aprovado, o texto autorizará o servidor civil a exercer essas atividades, desde que não haja conflito de interesse com o cargo ocupado.

Proposta cria cadastro com informações sobre transferências de servidores públicos

O Projeto de Lei 5375/20 altera a Lei de Acesso à Informação (LAI) para determinar a criação de um banco de dados nacional, acessível pela internet, contendo informações unificadas sobre deslocamento de servidores públicos por remoção ou redistribuição. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

O site do cadastro deverá disponibilizar requerimentos de redistribuição e de remoção por permuta, e informações detalhadas sobre processos seletivos de remoção com inscrições abertas em órgãos públicos.

A proposta é do deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT). Ele afirma que o objetivo é dar transparência ao processo e facilitar o deslocamento a pedido de servidores públicos para outro local de trabalho.

PL suspende período de carência do auxílio-doença

O deputado Alexandre Padilha (PT/SP), apresentou o Projeto de lei 941/2021, que pretende alterar o art. 26 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

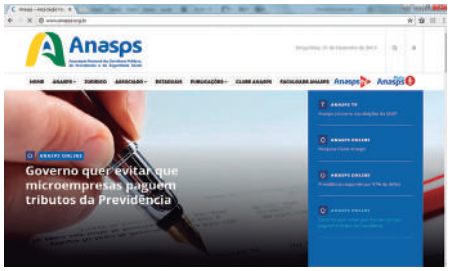
O PL determina a suspensão do período de carência do auxílio-doença enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

De fato, com os números crescentes de desemprego e falta de perspectiva para o mundo do trabalho, somada à tragédia brasileira da pandemia da Covid, a exigência de carência para o acesso ao auxílio-doença por parte dos trabalhadores é agravar ainda mais o já trágico quadro social para milhões de famílias brasileiras, disse o parlamentar.

A matéria aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados.

Boas Notícias

União divulga regras para pedido de auxílio-moradia para servidores



Foi divulgado no Diário Oficial da União do dia 14 de junho, novas regras para concessão de auxílio-moradia a servidores federais comissionados ou em função de confiança de direção e assessoramento superiores. O pedido do benefício passará a ser feito de forma on-line, em meio oferecido pelo Sistema de Pessoal Civil (Sipec).

Umas das novidades é que despesas com locações intermediadas por plataformas digitais terão cobertura. A norma entra em vigor 1° de julho. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira.

Ocupantes de cargo de natureza especial, de ministro de Estado ou equivalentes também têm direito ao auxílio moradia.

Entra em vigor lei que amplia margem do consignado até o final do ano

Rádio Anasps

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, sem vetos, a Medida Provisória 1006/20, que amplia a margem de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de 35% para 40% do valor do benefício. A Lei 14.131/21 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

PEC 32/20 penaliza população e servidor público, diz deputado

Em entrevista à Anasps TV, o deputado Carlos Veras (PT-PE), destaca pontos da PEC 32/2020, mais conhecida como Reforma Administrativa, que trata do congelamento de salários dos servidores públicos e que de algum modo afeta a população em geral.

Segundo o parlamentar a reforma administrativa não vem só através da PEC 32, mas sim com percursos recentes da PEC 186. “A reforma administrativa não é uma reforma é uma deforma”, diz.

Com a possível aprovação da PEC 32, Veras informa que para barrar o texto é necessária uma mobilização social para combater privilégios, que em sua avaliação ainda não combate, por deixar de fora algumas categorias como as Forças Armadas. “Barrar a PEC 32 da reforma administrativa depende muito da mobilização social e para se ter uma grande mobilização social, precisamos ganhar a opinião pública”, diz.

Veja as últimas conquistas jurídicas da Anasps

GDASS – Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social

AO 2008.34.00.012932-0 (0012866-79.2008.4.01.3400)

GANHAMOS! Em sentença, os pedidos da ANASPS foram julgados parcialmente procedentes para condenar a União a aplicar, no cálculo da GDASS paga aos inativos e pensionistas representados pela entidade e que têm direito à paridade constitucional, os mesmos valores de pontuação aplicados aos servidores ativos, até a regulamentação da avaliação de desempenho. Assim, o cumprimento do julgado consistirá na cobrança dos valores atrasados a título de GDASS, correspondentes à diferença entre o que os aposentados e pensionistas filiados à ANASPS deveriam ter recebido e o que efetivamente receberam, acrescidos de juros e correção monetária.

Desse modo, se o (a) colega é titular do direito e está em dia com as suas obrigações relativas às mensalidades associativas, poderá se beneficiar da ação.

Quem tem direito?

Esse processo abrange os filiados da ANASPS até a data do ajuizamento da ação, titulares do direito à paridade e integralidade constitucional, vinculados funcionalmente ao INSS e que eram aposentados antes da instituição da GDASS ou se aposentaram após a instituição da GDASS, mas não cumpriram os requisitos necessários para recebê-la em suas aposentadorias e pensões nos mesmos moldes que os servidores ativos. Considerando que nosso processo está em fase de execução e, atualmente, estamos coletando documentos para a elaboração dos cálculos, enfatizamos que é necessária a sua manifestação quanto ao interesse na execução do processo. Esclarecemos que para ser incluído na execução o(a) associado(a) precisa necessariamente autorizá-la e estar em dia com o pagamento das mensalidades. O não encaminhamento da procuração e dos demais documentos à ANASPS será entendido como opção de desistência da ação. O sucesso das ações judiciais depende de você. Preencha, assine e encaminhe à ANASPS a sua documentação completa, disponível para acesso através de nosso site! Através do site o associado poderá fazer tanto o download da sua procuração bem como devolvê-la de forma digital. Verifique a sua relação processual através de nosso Aplicativo, e caso esteja incluído no processo e dentro dos padrões da decisão envie a sua documentação através de nosso site (https://juridico.anasps.org.br/juridico/).

GDASS - AO 2004.34.00.019454-5

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedentes os pedidos da ANASPS para determinar que o INSS conceda a GDASS aos servidores aposentados e pensionistas que se enquadrem no art. 16, §1, da Lei n. 10.885/2004. O INSS interpôs RE e REsp. O recurso especial do INSS foi provido para limitar os efeitos da sentença aos filiados domiciliados no Distrito Federal. Contra a decisão, a ANASPS interpôs RE, que não foi conhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Esgotados os recursos, em 09.06.2020, foi certificado o transito em julgado do acórdão no STF e os autos foram baixados ao STJ.

GDASS - MS 2007.34.00.024801-3

Esse processo garantiu a manutenção da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) apenas até o processamento dos resultados da primeira avaliação de desempenho posterior à edição da IN nº 38/INSS/PRES, de 22.04.2009, no valor de 80 (oitenta) pontos.

Dessa forma, no momento o processo está em fase de delimitação dos parâmetros garantidos pela Justiça Federal.

GDASS AO 23610-31.2011.4.01.3400

Esse processo, que também teve decisão favorável, abrange apenas os servidores do INSS que não foram submetidos à avaliação de desempenho individual, necessária à percepção da integralidade da GDASS (Lei 10.855/2004), em razão de estarem no gozo de férias, licenças ou outros afastamentos legais, nos termos do art. 102 da Lei n. 8.112/1990.

Dessa forma, no momento o processo está em fase de delimitação dos parâmetros garantidos pela Justiça Federal.

ANUÊNIOS

A ação tem como objetivo garantir aos nossos filiados a possibilidade de o tempo de serviço prestado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ser computado para fins de incorporação do adicional pelo exercício de função de Direção, Chefia e Assessoramento (DAS), e de

concessão dos anuênios e de licença-prêmio por assiduidade.

1ª Ação (AO 95.00.13849-2): GANHAMOS!

Após a coleta de todos os documentos probatórios de nossos associados para a elaboração de cálculos àqueles de direito, a Anasps informa que iniciou a apresentação dos relatórios em juízo para a sequência da fase de execução.

2ª Ação Anuênios (AO 1998.34.00.024023-7):

A primeira etapa de discussão do direito já foi finalizada e houve decisão favorável aos filiados. O Escritório definiu os parâmetros para a cobrança de valores e a execução desse processo terá início. Assim que o Escritório tiver delimitado os documentos necessários e os filiados abrangidos, encaminharemos as informações aos associados.

Mantenha seu cadastro atualizado!

3,17%

3,17% INSS - AO 1998.34.00.020674-4 (0028490-67.2000.4.01.0000)

Trata-se de ação coletiva que tem por objetivo garantir o pagamento do reajuste de 3,17% aos servidores do INSS. Após um longo período de embates judiciais com diversos recursos, chegando inclusive ao STJ, a Anasps tem saído vitoriosa no presente processo. Dessa forma, após a apreciação de último recurso apresentado pela procuradoria do INSS, o processo retornará para a instância de origem para a aplicação da determinação de instância superior. Por tal motivo, solicitamos aos integrantes da ação que **mantenham seu cadastro atualizado,** pois tão logo o mesmo retorne para a Justiça Federal, daremos início a coleta de documentos para a execução, e apenas com o cadastro atualizado conseguimos localizar os sócios integrantes.

3,17% MPS - AO 1998.34.00.024345-9 (0024306-24.1998.4.01.3400)

Trata-se de ação coletiva que tem por objetivo garantir o pagamento do reajuste de 3,17% aos servidores do MPS. **GANHAMOS!** As requisições de pagamento foram autuadas e os valores foram depositados em bancos oficiais (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) a partir de 1º de março de 2016. Enviamos para a residência de cada beneficiário uma carta informando o nº da RPV, bem como orientações para recebimento. Em 21/11/2016 enviamos carta para os beneficiários remanescentes oportunizando a entrega extemporânea da procuração, numa tentativa de inclusão no pagamento. PROCESSO MIGRADO PARA O PJ-e, aguardando as expedições das requisições de pagamento dos associados remanescentes.

28,86%

2ª Ação:

Nesse processo, já houve o pagamento para a maioria dos beneficiários.

As situações particulares e pendentes estão sendo resolvidas para aqueles que ainda não tiveram o pagamento realizado.

O processo corria fisicamente (em papel) e, com as transformações procedimentais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ele entrou em fase de digitalização e envio para a plataforma eletrônica, o chamado Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Assim que a conferência da digitalização for feita, o escritório se manifestará sobre as situações finais pendentes (casos de pessoas que tiveram os valores retornados aos cofres públicos).

3ª e 4ª Ações:

Esses processos estão divididos em duas situações: Grupos de acordo e Legitimidade.

Grupos de acordo: Após a homologação de acordo na maioria dos processos que estão nessa situação, foram apresentadas planilhas com os valores individuais discriminados dos beneficiários, a fim de possibilitar os pagamentos.

Inclusive, já houve a expedição dos valores para alguns beneficiários, exceto para aqueles apontados como litispendentes pelo INSS, ou seja, aqueles que possuem outro processo com a mesma demanda (28,86%).

Nos referidos casos de litispendência, o Escritório e a ANASPS têm solicitado documentos para os Exequentes comprovarem que não compõem outras execuções da mesma matéria.

Legitimidade: Em outros grupos, há a discussão acerca da legitimidade. O INSS alega que somente seriam beneficiários aqueles que constaram da lista apresentada na inicial do processo, em agosto de 1997, independente da data de sua filiação.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no julgamento dos recursos da ANASPS, tem entendido que, se a filiação foi anterior ao ajuizamento da ação, o associado tem o direito ao reajuste, independentemente de estar na referida lista. Portanto, o entendimento está favorável aos beneficiários.

Apenas com o êxito dos recursos é que haverá valores para aqueles enquadrados nessa situação.

5ª Ação:

Nesse processo, também já houve o pagamento para a grande parte dos beneficiários.

O juízo determinou que todas as situações pendentes fossem resolvidas de forma apartada. Assim, após análise da documentação enviada pelos beneficiários, foram formados novos grupos pequenos, por meio eletrônico, a fim de obter o pagamento dos valores devidos. Em alguns desses grupos menores, o INSS já se manifestou e reconheceu os valores. Em outros, a Autarquia ainda não foi intimada para responder.

6ª Ação:

Foi ordenado o desmembramento deste processo em grupos de 30 associados, sendo que cada grupo a partir de agora terá numeração de acompanhamento própria. Processo Suspenso temporariamente visto que estamos ajuizando todas as execuções desmembradas.

COVID-19

Vacinação sempre é a melhor proteção

GRATUITA PARA TODOS E EM DEFESA DA VIDA!

Anasps